



Anais da Assembléia

Nº 227

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1997.

ANO XXXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|-------------------------------|
| Governo | Deputado Valdír Rossoni |
| PFL | Deputado Plauto Miró |
| PTB | Deputado Ademar Traiano |
| PMDB | Deputado Orlando Pessuti |
| PPB | Deputado Augustinho Zucchi |
| PT | Deputado Péricles H. de Mello |
| PDT | Deputado Edgar Bueno |
| PL | Deputado Horácio Rodrigues |
| PSN | Deputado Emerson Nerone |
| PSDB | |

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Dirval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdír Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Aduar - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 140ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1997

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Varnoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Sob proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes da leitura da Ata, convido o Coral Paraná a fazer as suas despedidas.

(Apresentação do Coral Paraná)

A Mesa e os Srs. Deputados querem agradecer o Coral Paraná, que muito nos alegrou neste término do período legislativo ordinário. Mais uma vez renovamos os nossos agradecimentos, e a certeza de que a Assembléia ficou muito sensibilizada.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/257/97, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

642/97: Do Tribunal de Justiça, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 7297, de 08.01.80, e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 11.920. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o nº 2114/97, do Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira - Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Joel Coimbra, que pede esclarecimentos sobre recursos repassados às Polícias Civil e Militar de Maringá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 525/97, do Sr. Edson Luiz Vidal Pinto - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre previsão de contratação de bacharéis em Direito para atuarem na Procuradoria Jurídica da Penitenciária de Maringá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1193/97, do Sr. Hermas Eurides Brandão - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre quais Prefeituras Municipais foram atendidas pela CODAPAR, a partir de janeiro de 1997. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Ferraria, desmembrado do Município de Campo Largo, conforme divisas e confrontações abaixo descritas:

1 - Com o Município de Almirante Tamandaré: Inicia no Rio Verde no Agude dos Limas, deste ponto segue em linha reta no sentido geral Sudeste até

a foz do Rio Cachoeira no Rio Passaúna;

2 - Com o Município de Curitiba: Inicia na foz do Rio Cachoeira no Rio Passaúna, desce por este até a foz do Arroio Enéias;

3 - Com o Município de Araucária: Inicia no Rio Passaúna na foz do Rio Enéias, sobre por este até a sua cabeceira, deste ponto segue em linha reta na direção geral sul até a cabeceira do Arroio Cachoeira, deste ponto segue em linha reta na direção geral Noroeste até encontrar a cabeceira do Arroio Pessegueiro, desce por este até a sua foz no Rio Verde;

4 - Com o Município de Campo Largo: Inicia na foz do Arroio Pessegueiro no Rio Verde, sobe por este até encontrar o Açude dos Limas.

MEMORIAL DESCRITIVO DO QUADRO URBANO DE FERRARIA

Estrada Dom Pedro no cruzamento com a estrada Nova Riviera, segue pela estrada Nova Riviera até o marco PM-9, deste até os marcos 8 e 7, destes até o marco PM-6, no limite da propriedade de João Tossato e Planta Bom Jardim, desta divisa até o marco PM-5 na Estrada Mato Grosso, segue por esta até o marco PM-4 na Planta Vila Torres, contornando-a até o marco PM-3 na estrada para Olaria Santa Lúcia, deste ponto segue até o marco PM-2 na estrada Ferraria-Bolinete, deste em linha reta e seca até o marco PM-1, deste ponto até o divisor de águas do Rio Verde e Rio Passaúna, seguindo este divisor sentido norte até a estrada Dom Pedro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoiamento: Luiz Claudio Romanelli, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Geraldo Cartário, César Seleme, João Techy, Carlos Simões, Júlio Ando, Albanor Gomes, Luiz Carlos Zuk, Edson Silva Lino e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

Busca a comunidade de Ferraria, conjuntamente, a emancipação político-administrativa, para com autonomia gerir seu próprio desenvolvimento e consolidar o seu progresso econômico e social.

Trata-se de um distrito que se desenvolveu ao longo de sua existência, graças a dedicação e trabalho de

sua gente pioneira, que soube muito bem transformar a região na mais pujante produtora agrícola e com isso despertaram interesse que fez o pequeno povoado crescer e se tornar no grande e desenvolvido distrito.

A estatística mostra que quase 11.000 pessoas residem e geram riquezas em Ferraria, deste total quase 5.000 têm residência na demarcada área urbana, que somam 1.247 domicílios.

Tem população, existe comércio, indústrias, produção agrícola e pecuária e outras atividades que comprovam todo o seu potencial econômico-financeiro, para o seu pleno funcionamento e desenvolvimento; tem capacidade de oferta de ensino público fundamental; tem infra-estrutura básica, no tocante a abastecimento de água potável, energia elétrica e serviços de telefonia e ainda, capacidade de oferta de serviços públicos de saúde. Tem, enfim, todas as condições exigidas por lei para a sua emancipação.

Solicitamos apoio e aprovação do presente projeto de resolução, pois assim, a Assembléia Legislativa do Estado fará inteira justiça para com aquela população ordeira, trabalhadora, cumpridora de seus deveres e muito capaz.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 725/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Universidade Livre do Esporte do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Livre do Esporte do Paraná foi constituída para executar cursos de extensão e especialização na área de esportes, em parcerias com instituições de Ensino Superior e empresas privadas, organizar e disponibilizar acervo biográfico e de recursos audiovisuais que permitam a realização de pesquisas sobre a história, pedagogia, sociologia e filosofia do esporte, entre outras importantes atividades voltadas aos esportes para a formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de estudantes, atletas,

professores, técnicos e público em geral.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 726/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao apresentador de televisão Fausto Prudente Correia Pereira Silva - "Faustão".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

Fausto Prudente Correia Pereira Silva - "Faustão", nasceu no dia 02 de maio de 1950, em Araras / São Paulo. Filho de Maury Correia Silva e Cordélia Correia Silva.

É casado com Magda Colares. A família o orientou para que estudasse Direito, no entanto, já havia sido contagiado pela magia da comunicação através do rádio, onde trabalhava desde os 14 anos, em Campinas, cobrindo todo tipo de pauta.

Aos 20 anos, ingressou na Rádio e TV Record, em São Paulo, como jornalista. Mantinha nessa época outros 4 empregos. Na TV Gazeta produziu um programa com entrevistas, musicais, plateia participante, irreverente pelo seu estilo de produzir expressões como "ô loco", "pentelho". Já com sucesso conquistado, aceitou convite para apresentar um programa na TV Record, chamado "Perdidos". Depois de um ano foi para a TV Bandeirantes, onde mudava seu perfil de radialista para artista.

Com o equilíbrio que lhe é peculiar, e o bom gosto requintado, Faustão investe em uma qualidade de vida reservada, sem muitas badalações.

Em 89, ingressou na Rede Globo de Televisão, com o programa "Domingão do Faustão", onde se consagrou com grande resultado de audiência, na qual está até hoje.

Por ser politicamente correto, pelo prestígio conquistado com anos de dedicação, de trabalho sério, e pela sutileza que demonstra ter tanto com o público quanto aos colegas jornalistas, é que proponho o nome de Fausto Prudente Correia Pereira Silva para receber o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 727/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, situado no Município de Ponta Grossa, atuando na Rua General Carneiro, nº 1069, que ora pretendemos seja declarado de Utilidade Pública, foi fundado no ano de 1989, com a finalidade de proporcionar melhores condições sociais, econômicas, sanitárias e assistência aos seus associados e suas famílias, procurando assim, promover o desenvolvimento da vida comunitária do bairro e da região.

Entendendo que o trabalho desenvolvido pela referida entidade é elogiável, sem fins lucrativos, que não remunera seus diretores, e que para a manutenção de sua política e filosofia de ação contará com a busca de recursos públicos e da iniciativa privada, o mínimo que poderíamos fazer para ajudar esta entidade pontagrossense que muito reverte para a comunidade carente local, é contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 728/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Paulo VI, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro junto a Rua Joaquim de Paula Xavier, s/nº, atuando em pleno funcionamento, desenvolvendo normalmente suas atividades junto as depen-

dências do Hospital da Criança "Prefeito João Vargas de Oliveira".

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Paulo VI, tem por finalidade proporcionar a proteção, assistência e bem estar às gestantes e à infância em geral, com atendimento às necessidades básicas da saúde, proporcionando proteção antes, durante e após parto, com assistência médica, assistência alimentar, proteção e educação das crianças órfãs e abandonadas, que vivem em vias públicas, divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada e educação física dirigida, além de outras atividades ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/97, que dispõe a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e excelente trabalho dessa entidade em favor da comunidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 729/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Frei Fabiano Zanatta, situada com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Creche Frei Fabiano Zanatta é uma entidade de caráter assistencial sem fins lucrativos, tendo seu estatuto devidamente registrado no Cartório Privativo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca, conforme se infere da certidão que acompanha esta proposição. Fundada no dia 03 de novembro de 1990, a referida entidade tem efetuado um trabalho de altíssimo valor social, auxiliando as mães carentes da região, que trabalham fora do lar, com o objetivo de aumentar a renda familiar e necessitam deixar seus filhos em um local que ajude na orientação educacional, alimentação, higiene e segurança.

Situada na Rua Leopoldo Alves de Almeida, s/nº, da Vila Deise, Cidade

de Ponta Grossa, Estado do Paraná, funciona em regime de semi-internato, para crianças da faixa etária entre 2 e 6 anos de idade.

Conforme documentação anexa, a entidade atende a todos os requisitos da Lei nº 6994/78, estando em condições de ser reconhecida como entidade de Utilidade Pública, razão pela qual esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 730/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o "Programa de Patrulha Rural Mecanizada", com a finalidade de beneficiar os mini e pequenos produtores rurais que não possuem maquinário agrícola.

Art. 2º - O "Programa de Patrulha Rural Mecanizada" será executado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB, e suas ligadas.

Art. 3º - Para a execução do Programa, a SEAB e suas ligadas poderão buscar parceria com as seguintes entidades: Prefeituras Municipais, Associações de Produtores Rurais e Cooperativas.

Art. 4º - O Programa visa o repasse de recursos para a contratação de horas-máquina de tratores e implementos agrícolas, objetivando a agilização do preparo do solo.

Art. 5º - As entidades que receberem os recursos para a contratação de horas-máquinas deste Programa, firmarão termo para posterior prestação de contas junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 6º - Somente serão beneficiados pelo Programa, os produtores que:

- 1) Comprovadamente, não tiverem maquinário agrícola;
- 2) Possuírem área não superior a 2 (dois) módulos rurais, com registro no INCRA;
- 3) Obtenham pelo menos 80% de sua renda proveniente da atividade agrícola.

Art. 7º - A seleção dos beneficiários do Programa, a definição do número de horas trabalhadas para cada propriedade, bem como a prestação de contas, ficarão a cargo da entidade que firmar o termo com a SEAB.

Art. 8º - Serão facultadas a cada propriedade beneficiada no máximo 10 (dez) horas-máquinas para serviços de aração, gradagem ou subsolagem.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias necessárias à implementação do disposto na presente lei.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 11 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ALBANOR GOMES

Apoiamto: João Techy, Ademar Traiano, Duílio Genari, Walmor Trentini, Durval Amaral, Nelson Garcia e José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Tal projeto de lei visa instituir o "Programa Estadual de Patrulhas Rurais Mecanizadas", que tem como principal objetivo facultar aos pequenos e mini produtores rurais, que não possuem maquinário agrícola, a possibilidade de terem pelo menos parte de seus terrenos preparados mecanicamente para plantio. Em princípio, esses serviços compreenderiam a aração, gradagem ou a subsolagem.

Na década de 80, a extinta CAFE do Paraná dispunha de maquinário para a execução de serviços de terraplanagem e abertura de tanques para piscicultura. Os trabalhos eram executados e o produtor rural pagava por eles conforme a tabela de serviços da referida companhia. Posteriormente, essa companhia fundiu-se, nascendo a CODAPAR. Todavia, este projeto propõe outra forma de trabalho.

Temos como exemplo a experiência da implantação do Programa Municipal de Patrulhas Rurais Mecanizadas do Município de Araucária. Na gestão 1993/1996, a Prefeitura Municipal alocou recursos no orçamento para que a SMAG - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento desenvolvesse o programa. Após estudar diversas modalidades de implantação e funcionamento de programas similares e esses nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi optado por uma via totalmente diferente, tendo em vista que nesses Estados, os tratores e implementos eram das próprias municipalidades, o que acarretava gastos sistêmicos com manutenção e funcionários.

A Prefeitura de Araucária terceirizou os serviços. Através de licitação, foi contratada uma empresa do ramo de planejamento e consultoria agrícola, para gerenciar e operacionalizar o programa. Vale ressaltar que foi adotado com sucesso o círculo de máquinas ou "maschine rings", muito comum na Alemanha, que consiste na contratação de tratores e implementos de alguns produtores do município, que também operam as suas máquinas com o objetivo de maximizar o uso das mesmas e aumentar suas receitas.

Mediante cadastro elaborado pela Prefeitura, os produtores selecionados que se enquadravam nos requisitos do programa, recebiam um operador que atendia a microrregião mais próxima de sua propriedade.

Os preços pagos pelas horas trabalhadas foram adotados conforme tabela elaborada pela Prefeitura, que levou em conta os preços cobrados nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como também foi considerada a potência e o rendimento do trator.

Nessa experiência, em 1996, com pouco mais de R\$ 25.000,00, foram realizadas 1.100 horas de serviços para mais de uma centena de proprietários daquele município, num prazo de 60 dias. Um trator de 75 HP de potência, dotado de arado, grade e pé-de-pato, custa cerca de R\$ 30.000,00 e, trabalhando cerca de 8 horas por dia durante 25 dias por mês, executaria 200 horas/mês. Para executar 1.100 horas, esse conjunto demoraria quase 6 meses, sem contar com eventuais problemas mecânicos dos maquinários ou dos implementos, e nem de saúde do operador da máquina.

Deve-se considerar que o preparo do solo para plantio tem época definida e na maioria das vezes, bastante exigua entre uma safra e outra, e há que se buscar o máximo de rendimento e eficiência nesse período. Em Araucária havia 7 (sete) tratores trabalhando ao mesmo tempo, e por isso foi possível cumprir o cronograma elaborado pela SMAG e pela empresa gerenciadora. Se a Prefeitura fosse adquirir os 7 (sete) tratores e respectivos implementos, sem contar com o treinamento, salários e obrigações patronais dos operadores, gastaria cerca de R\$ 210.000,00. O que foi gasto em Araucária, equivale a um pouco mais de 10% desse montante.

Em vista do sucesso dessa experiência, a nossa proposta é que o Governo do Estado libere recursos para prefeituras, cooperativas, associações de produtores rurais, sindicatos rurais,

etc., para que da mesma forma como hoje os produtores rurais são beneficiados pelos programas de calcário, de incentivo à fruticultura, de readequação de estradas rurais, possam ser beneficiados pela horas-máquinas do Programa Estadual de Patrulhas Rurais Mecanizadas. Com isto, estaremos dando um importante passo no combate ao êxodo rural e incentivando o homem do campo.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres Parlamentares desta Casa de Leis, o seu apoio para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 731/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É vedado o desconto na folha de pagamento dos servidores públicos estaduais, de contribuições destinadas a entidades de caráter privado.

Parágrafo Único - As disposições contidas no caput deste artigo, não abrangem as contribuições decorrentes de contrato firmado entre o servidor e a empresa prestadora de serviço, desde que exista esta autorização regular.

Art. 2º - O Poder Executivo Estadual adotará as providências necessárias para o fiel cumprimento desta lei, até o dia 31 de janeiro de 1997.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(aa) MARQUINHOS ALVES, RICARDO CHAB,

LUIZ ACCORSI, ADEMAR TRAIANO,

EDSON SILVA LINO, NELSON TURECK,

CARLOS SIMÕES, CLEITON KIELSE,

LUIZ CARLOS ZUK, JÚLIO ANDO,

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, RENY BORSATTO

EDUARDO TREVISAN, WALMOR TRENTINI,

NELSON GARCIA, HIDEKAZU TAKAYAMA,

ÉLIO RUSCH, JOÃO TECHY,

CEZAR SILVESTRI, DURVAL AMARAL,

CÉSAR SELEME, JOSÉ TAVARES,

JOEL COIMBRA, NEIVO BERALDIN,

VALDIR ROSSONI, BASÍLIO ZANUSSO

E DUÍLIO GENARI.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 520/97, de minha autoria, que auto-

riza o Poder Executivo a criar o CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito, no Município de Sarandi, neste Estado.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 3247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 722/97, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Ministro de Estado Pedro Sampaio Malan.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 721/97, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senador Francelino Pereira.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 720/97, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senador José Fogaça.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 608/97.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) JÚLIO ANDO

REQUERIMENTO Nº 3240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final dos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não

tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 3258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 sessões do item 16, 2ª discussão, do Projeto de Lei nº 702/97 de autoria do Deputado Joel Coimbra, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (15/12).

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (15/12).

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3293

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no art. 107, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a transformação em Comissão Geral da Sessão Plenária para apreciar emendas ao Projeto de Lei nº 702/97, da Ordem do Dia de hoje, em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento: Nelson Tureck, Eduardo Trevisan, Júlio Ando, Marquinhos Alves, Durval Amaral, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Luiz Carlos Alborghetti, Geraldo Cartário, Plauto Miró Guimarães, Élio Rusch, Luiz Accorsi, Augustinho Zucchi e Hi-dekazu Takayama.

REQUERIMENTO Nº 3255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Roberto de Souza, no Município de Vitorino / PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência também à família, através do Sr. Otávio Boza, de Vitorino.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do Sr. Roberto de Souza, deixou consternada toda a população de Vitorino.

Filho, pai e esposo exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizade, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Souza e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências, e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 3259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família do Sr. Hubert Scholl e esposa, os quais residiam no Município de Francisco Beltrão, manifestação de profundo pesar desta Assembléia Legislativa, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 14 de dezembro.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última homenagem, à duas pessoas de grande valor e muitas qualidades, a um casal que sempre colocou os interesses da comunidade acima de preocupações pessoais.

Os muitos exemplos deixados pelo Sr. Hubert Scholl e sua esposa Marta Scholl, pais de Marilize Scholl Giaretta, Renate Scholl, Ricardo Scholl e Claudia Scholl Urio, irmão de Alfredo Scholl, Germano Scholl, Marlene Scholl e Erica Scholl, um casal que tanto na vida privada quanto em seu relacionamento com a família e com os inúmeros amigos que conquistaram em todos os lugares onde estiveram, temos certeza,

nortearão os caminhos daqueles que tiveram o privilégio de conviver com estas pessoas extraordinárias.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Hamilton Martins Danguí, ocorrido no último dia 13 de dezembro de 1997.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Hamilton Martins Danguí, Prefeito do Município de Campina do Simão, foi um cidadão honrado, íntegro, com um caráter marcante. Tinha grande espírito público. Na política era um líder nato, que tinha como meta maior agregar o desenvolvimento sócio-econômico da região Centro-Oeste do Paraná. Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, e Secretário de Agricultura desse município. Exercia atualmente o cargo de Presidente da AMCOPAR - Associação dos Municípios do Centro Oeste do Paraná.

Grande pai e acima de tudo o mais leal dos amigos, possuía uma grandeza interior raríssima em nossos tempos. Deixará um vazio que jamais será preenchido nos corações de seus familiares, amigos e em especial no do autor desta propositura, com quem sempre teve um profundo relacionamento de amizade e companheirismo, desde a infância.

REQUERIMENTO Nº 3238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro, do 33º aniversário do Município de Francisco Beltrão.

Requer ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Guimomar Jesus Lopes, DD. Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial e Industrial de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A região onde atualmente se situa o Município de Francisco Beltrão, foi

muito movimentada, inicialmente por indígenas, depois por exploradores da erva-mate e mais tarde por madeireiros. O povoamento teve início no ano de 1922, mas foi efetivado na década de quarenta.

O povoamento que ali se iniciou, poderia ser considerado como uma verdadeira zona pioneira riograndense, em vista do grande número de colonos oriundos daquele Estado, que para ali se deslocaram.

Pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o Município de Francisco Beltrão, cuja instalação oficial ocorreu em 14 de dezembro de 1952. Passou a sede de Comarca em 1954.

Trata-se de um dos municípios mais progressistas da região, e merece o nosso aplauso e os nossos votos de continuo desenvolvimento, nesta data em que comemora seu 33º aniversário de instalação.

REQUERIMENTO Nº 3239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro, do 33º aniversário do Município de Enéas Marques.

Outrossim, requer igualmente, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Hélio Parzianello, DD. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Povoação formada no Vale do Rio Iguaçu, o atual Município de Enéas Marques teve primeiramente a denominação de Jaracatiá, palavra de origem tupi, que designa uma árvore que produz frutos parecidos com mamões, porém menores, com sabor assemelhado ao coco.

Pela Lei nº 92, de 25 de agosto de 1961, o povoado de Jaracatiá foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente ao Município de Francisco Beltrão.

Em 18 de fevereiro de 1964, pela Lei Estadual nº 4823, foi criado o município, já com a denominação alterada para Enéas Marques. A instalação oficial ocorreu no dia 13 de dezembro de 1964.

Nesta festiva data, nossos cumprimentos aos munícipes e às autoridades.

des constituídas do município, com votos de contínuo desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 3261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Sociedade Rural dos Campos Gerais, pela comemoração do 20º aniversário de fundação.

Fundada em dezembro de 1977, a Sociedade Rural surgiu da necessidade dos agropecuaristas em contar com uma entidade que os representasse em todos os sentidos, tecnicamente e politicamente, principalmente fazendo frente às reivindicações e interesses da classe.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais: Maurício Podolan; aos associados e funcionários, à Rodovia BR-376, km 502 - s/n, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Secretaria de Estado da Educação e à FUNDEPAR, pela inauguração de cinco novas escolas em Ponta Grossa no mês de janeiro.

Uma importante reivindicação da comunidade estudantil da cidade será finalmente atendida pelo Governo do Estado. As escolas a serem inauguradas são de 5ª a 8ª séries, e funcionarão em três turnos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Secretário de Estado de Educação: Ramiro Wahrhaftig; e ao Secretário Especial da FUNDEPAR, Segismundo Morgenstern.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Município de Astorga, pelos 45 anos comemorados neste mês, na pessoa de seu atual Prefeito, João Zampieri, extensivo a toda população.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Astorga chega a seu quadragésimo quinto aniversário, comemorando décadas de trabalho e dedicação de seus pioneiros, que vindos de outras paragens, apostaram naquela terra boa e generosa. De suas raízes ali fixadas, vieram os filhos e netos, que hoje fazem da população do município uma localidade de gente de bem. Gente que acredita em Astorga, que participa de seu progresso, aposta em seu desenvolvimento. As lideranças políticas do município correspondem à expectativa da população, brigando por mais recursos, inserindo o município entre aqueles que merecem um tratamento especial. Da agricultura para o início da industrialização, um passo gigantesco que Astorga e seus moradores não tiveram receio de dar. Nestas quatro décadas e meia, o município foi se transformando, sem entretanto perder de vista a solidariedade, o calor humano entre as pessoas. Quem adotou Astorga ao longo desses 45 anos, tão bem comemorados pela população, não perdeu de vista o sonho de uma vida melhor, ancorado nas perspectivas que o município oferecia. E aqueles que foram nascendo, cidadãos de Astorga, se criaram na esteira do mesmo sonho dos pioneiros: garantir qualidade de vida ao mesmo tempo em que contribuíram com trabalho e cidadania, para o crescimento do município. Estes 45 anos de existência de Astorga são o retrato dessa gente batalhadora, daí nossa homenagem a todos quantos participaram desta história.

REQUERIMENTO Nº 3268

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Paranapoema, neste Estado, por ocasião das comemorações do 33º aniversário de sua emancipação política.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Prefeitura Municipal, R. Victorelli, 290, CEP 87680-000, Paranapoema, neste Estado, aos cuidados do Exmo. Sr. Aparecido Stuaní, prefeito do referido município.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 3269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Município de Pitangueiras, pelos 05 anos comemorados neste mês, na pessoa de seu atual Prefeito, Odécio Ferrari-
ni, extensivos à toda população.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Pitangueiras chega a seu quinto aniversário, comemorando meia década de trabalho e dedicação de seus pioneiros, que vindos de outras paragens, apostaram naquela terra boa e generosa. De suas raízes ali fixadas, vieram os filhos, que hoje fazem da população do município uma localidade de gente de bem. Gente que acredita em Pitangueiras, que participa de seu progresso, aposta em seu desenvolvimento. As lideranças políticas do município correspondem à expectativa da população, brigando por mais recursos, inserindo o município entre aqueles que merecem um tratamento especial. Nestes 05 anos, o município foi se transformando, sem entretanto perder de vista a solidariedade, o calor humano entre as pessoas. Estes 05 anos de existência de Pitangueiras são o retrato dessa gente batalhadora, daí nossa homenagem a todos quantos participaram desta história.

REQUERIMENTO Nº 3271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos aos Conselheiros Artagão de Mattos Leão, João Feder e João Cândido da Cunha Pereira, reeleitos para Presidente, vice-Presidente e Corregedor Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Srs. Conselheiros nominados.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É motivo de júbilo para todos os paranaenses assistir a reeleição dos eminentes Conselheiros Artagão de Mattos Leão, João Feder e João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, aos mais elevados cargos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem se constituído em modelo para outras unidades da Federação, o que é razão de orgulho para todos nós paranaenses.

Criado pelo Decreto-Lei nº 627, de 02 de junho de 1947, pelo desempenho que vem apresentando o Tribunal de Contas do Paraná, não só contribui para a aplicação de justiça de contas, mas principalmente fazendo-o com a agilidade que a sociedade espera.

Além do trabalho inerente às suas atribuições, o Tribunal de Contas vem prestando, ao longo dos anos, um exemplar serviço à sociedade mercê a grande capacidade de seus integrantes e a visão da colenda direção.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a causa da população, sem fugir da rigorosa aplicação da lei.

O voto de congratulações e aplausos se impõe, prestigiando aquele colendo Tribunal de Contas, pela reeleição de sua alta direção.

REQUERIMENTO Nº 3273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sr. Marco Aurélio Beck Lima, alusivos ao recebimento do Prêmio Talento Imobiliário Regional - Cascavel 1997, no último dia 11 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Minas Gerais, nº 1825 - ap. 71, CEP 85802-690 - Cascavel / PR.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sr. Alfredo Luiz Garcia Lopes Canezin, alusivos ao recebimento do Prêmio Talento Imobiliário Estadual 1997, no último dia 11 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pará, nº 1216, CEP 86020-330, Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sr. Pedro Granado Martines, alusivos ao recebimento do Prêmio Talento Imobiliário Regional - Maringá 1997, no último dia 11 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Paraná, nº 470, CEP 87013-070 - Maringá / PR.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sr. Tibiriçá Bôtto Guimarães, alusivos ao recebimento do Prêmio Talento Imobiliário Regional - Foz do Iguaçu 1997, no último dia 11 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Jorge Sanways, nº 427 - ap. 32 - CEP 85851-150, Foz do Iguaçu / PR.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sr. Marcelo Daga Gomes de Araújo, alusivos ao recebimento do Prêmio Talento Imobiliário Regional - Curitiba 1997, no último dia 11 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Padre Anchieta, nº 165, CEP 80410-030, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3281

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, usando de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Padre Gabriel Figura, que no dia 19 de dezembro próximo vindouro, às 20 ho-

ras, na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, nesta Capital, comemorará em Celebração Eucarística, seu "Jubileu Sacerdotal". São 25 anos de vida sacerdotal dedicados ao próximo, com muita alegria, doação e amor.

Nasceu aos 09/08/46 em Ribeirão Vermelho - Quitandinha / PR, e foi ordenado sacerdote aos 02/12/72 na Paróquia Nossa Senhora das Dores - Curitiba / PR. Em 05/03/78 tomou posse como Pároco na Paróquia São Gabriel, no Município de Fazenda Rio Grande / PR, e em 20/04/85, na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, Curitiba / PR.

É um líder religioso que não mede esforços para celebrar os ministérios da igreja, cumprindo com muita sabedoria e alegria sua missão de evangelizar.

Este reconhecimento público é feito por toda a comunidade cristã paranaense que tem encontrado no Padre Gabriel um ser humano exemplar, de elevado caráter humano e espiritual, que se dedica plenamente às necessidades de seu povo.

Pelas suas lutas junto à comunidade, por sua dedicação, abnegação, nossos sinceros cumprimentos. Nos sentimos honrados e felizes, de neste instante, louvamos o Padre Gabriel por esta data tão importante e significativa.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis estes cumprimentos, pedindo a Deus que conceda a esse sacerdote muita saúde e vigor em sua caminhada de missionário religioso.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Apoiamento: Geraldo Cartário.

REQUERIMENTO Nº 3282

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Televisão Paranaense, Canal 12 (Rede Globo do Paraná), que conquistou o primeiro lugar em concurso promovido pelas Nações Unidas, com programa sobre "Consciência contra Drogas".

Trata-se do mais alto prêmio do citado concurso, que envolveu todas as emissoras de TVs do país, em programa da ONU, para o controle internacional de drogas, patrocinado pelo Governo Federal e cujo vice-Presidente, Dr. Marco Maciel, foi quem homenageou os vencedores.

Este fato enche de orgulho a todos nós paranaenses, pois é o reconhecimento do nosso talento, de nossa capacidade de trabalho no campo das comunicações.

Particularmente, o Canal 12, Televisão Paranaense, cujo comandante, Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, sempre soube dirigir com profissionalismo, escolhendo bem sua equipe e permitindo que cada integrante da mesma execute seu trabalho e desenvolva com brilho suas habilidades. Há de se destacar, também, o Jornalista Marcos Antonio Batista, chefe de jornalismo do Canal 12, que de maneira exemplar comanda o jornalismo da Globo no Paraná, que soube imprimir a necessária direção para que sua emissora fosse premiada nacionalmente.

Esta manifestação de júbilo se estende, portanto, a toda a equipe de jornalismo do Canal 12, e esta Casa, traduzindo o contentamento, a admiração dos paranaenses, fez o devido registro nos Anais de sua Sessão Plenária de hoje.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS
GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Pontal do Paraná, alusivos às festividades do 1º aniversário de emancipação política, nos dias 19 a 21 de dezembro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Conrado Gonçalves Pinto Filho, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Guaraguaçu, 657, CEP 83255-000, Pontal do Paraná / PR.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Pontal do Paraná, alusivos às festividades do 1º aniversário de emancipação política, nos dias 19 a 21 de dezembro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Sr. Hélio Gaissler de Queiroz, através de

correspondência a ser encaminhada a Rua Guaraguaçu, 657, CEP 83255-000, Pontal do Paraná / PR.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos aos Srs. Arnoldo e Altevir Trevisan, sócios-proprietários do Restaurante Cascatinha, e aos Srs. Renato e Gilberto Trevisan, sócios-proprietários do Restaurante Castelo Trevizzo, em Santa Felicidade, pelos relevantes serviços prestados à sociedade curitibana e de todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Há 48 anos a família Trevisan, vem atendendo no ramo de restaurantes, passando de pais para filhos, com muita dedicação e carinho esmerado aos seus clientes e amigos, não somente desta Cidade de Curitiba, do Estado do Paraná, mas de todo o Brasil e dos outros países que visitam nossa cidade, nos Restaurantes Cascatinha e Castelo Trevizzo, no famoso bairro de Santa Felicidade.

REQUERIMENTO Nº 3288

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após oitiva do douto e soberano Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, o aplauso deste Poder ao Município de Paranavai, personificado nos Exmos. Srs. Prefeito Municipal de Paranavai e Presidente da Câmara Municipal de Paranavai, pela passagem dos 45 (quarenta e cinco) anos de emancipação do município, que se completaram no dia 14 de dezembro de 1997, próximo passado.

Como único representante da Região Noroeste e daquela cidade que tenho a honra de representar nesta Casa de Leis, faço desta mensagem a justa homenagem aos pioneiros e fundadores do Município de Paranavai, em reconhecimento ao espírito empreendedor de seus primeiros colonizadores e a todos os seus antigos e atuais munícipes, conforme demonstramos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) MALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

PARANAVAÍ

Histórico - Quando se quiser verificar, na retrospectiva histórica, os primeiros movimentos para a criação do núcleo urbano de Paranavaí, devemos voltar ao primeiro quarto deste século. A região era escassamente povoada, e os primeiros desbravadores atingiram o lugar através de tosca entrada que vinha de Presidente Prudente em sentido meridional.

O primeiro núcleo de colonização surgiu na antiga Fazenda Montoya, que emprestou seu nome ao povoado.

Em 1930 existia no patrimônio um cartório de registro civil, e o primeiro escrivão foi Alpiniano Nascimento Ramos, que dentre outras coisas, realizou o casamento de Manoel Paulino da Silva, considerado um dos pioneiros da localidade. Outros nomes que se destacariam nesta fase de colonização foram capitão Telmo Ribeiro, José Firmino da Silva, José Pretinho, João Clareano, Antonio Parmiano Rodrigo Ayres de Oliveira, Sebastião Cândido de Freitas, irmãos Parmiano e outros colaboradores anônimos.

Neste período realizaram-se no Estado grandes negociações fundiárias, que pela movimentação favoreciam a ascensão econômica do Paraná moderno, mas que também, muitas vezes, convulsionaram as comunidades paranaenses.

A Revolução de 1930, procurou, já ao tempo de Mário Tourinho, reaver concessões feitas sem observância das disposições legais e contrárias ao interesse públicos. Uma destas concessões de terras havia sido feita na região do atual Município de Paranavaí, a Fazenda Brasileira, que tinha a sua frente ilustres personalidades públicas da época, Lindolfo Collor de Mello e Landolfo Alves. O primeiro seria Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e o segundo Interventor Federal no Estado da Bahia.

Na Fazenda Brasileira foram plantados um milhão de pés de café, absorvendo mão-de-obra, inclusive de Montoya, que esvaziou-se pelo êxodo voluntário.

Em 08 de abril de 1931, através do Decreto nº 800, o Interventor Mário Tourinho decreta a cassação da concessão de terras da Fazenda Brasileira, pois, o propósito inicial de colonizar parte da gleba concedida, não se efetivou. A imensa área de terras, volta às mãos do Estado, que determina seu loteamento. A partir daí, teve início a decadência econômica regional, devido as dificuldades burocráticas de legalização das terras.

Em razão daquela localidade estar ligada, por rodovia, somente ao Estado de São Paulo, o Interventor Manoel Ribas, resolveu determinar a abertura de um "picadão" que, partindo de Arapongas, ligasse o antigo povoado de Montoya com o restante do Estado.

O caminho aberto foi então melhorado em 1939, pelo capitão Telmo Ribeiro. Esta via acabou sendo batizada de Estrada da Boiadeira. Nesta época, praticamente se extinguiu o patrimônio de Montoya, ressurgindo somente em 1944.

A retomada do crescimento de Montoya, aconteceu sob a batuta de Francisco de Almeida Faria, desta feita com a denominação de Colônia Paranavaí.

Nesta nova fase da história, ficou marcado o episódio da construção da capela, por Rodrigo Ayres de Oliveira, Patriota, Joaquim Lins Machado e outros. Antes que ficasse pronta a pequena igreja, foi rezada a primeira missa na casa de Waldomiro de Carvalho, no natal de 1944, celebrada pelo legendário Padre João Guerra.

Excetuando-se o período histórico de Montoya, a nova fase político-administrativa da Colônia Paranavaí, permitiu que o núcleo fosse elevado à categoria de município, sem passar pelo estágio de distrito, graças ao grau de desenvolvimento alcançado. Pela Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o Município de Paranavaí, com território desmembrado do Município de Mandaguari. A instalação oficial ocorreu em 14 de dezembro de 1952, sendo primeiro prefeito municipal o Dr. José Vaz de Carvalho.

Passou a sede de Comarca pela Lei nº 1542, de 14 de dezembro de 1953, tendo como primeiro Juiz de Direito o Dr. Sinval Reis e primeiro Promotor Público o Dr. Carlos Alberto Manita.

Paranavaí atualmente pertence à Microrregião 10 (AMUNPAR), e pelos motivos expostos, achamos a justificativa de parabenizar seus colonizadores e seus 72.278 cidadãos paranavaenses, incluindo os Distritos de Cristo Rei, Deputado José Afonso, Graciosa e Sumaré.

REQUERIMENTO Nº 3294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ter ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pela passagem do 178º aniversário de emancipação política de Guaraçuva.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem em Guarapuava uma referência na sua história, com 178 anos, Guarapuava presenciou e participou do desenvolvimento econômico e social, que ocorreu ao longo da sua existência.

Com cerca de 160.000 habitantes, Guarapuava firma-se como pólo regional, centralizando órgãos públicos federais e estaduais, além de um significativo número de indústrias na área da madeira, química, alimentícia, mecânica e de malte cervejeiro - está no município a maior maltaria individual da América Latina - AGROMALTE. O município conta também com um forte comércio e uma ampla rede hospitalar, e com uma Universidade pública.

Por tudo isso, não é possível falar do Paraná sem em algum momento, deixar de mencionar Guarapuava e sua gente.

REQUERIMENTO Nº 3296

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de votos de congratulações ao Município de Paranavaí, pela passagem do seu 45º aniversário de fundação, transcorrido no dia 14 próximo passado, parabenizando seu povo trabalhador, ordeiro e gentil, representado nas pessoas do Sr. Antônio Teruo Kato - DD. Prefeito Municipal; Sr. Rogério José Lorenzetti - DD. vice-Prefeito Municipal; Dra. Terezinha Ruzzon - DD. Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Paranavaí; Dr. Roberto Ivo Andrade - DD. Promotor de Justiça da Comarca de Paranavaí; Sr. Vereador Everaldo Tatinha Avelar - DD. Presidente da Câmara Municipal; Sr. Vereador Nivaldo Dolvino Garcia - DD. vice-Presidente da Câmara Municipal; Sr. Vereador Jonas Terto Rodrigues - DD. 1º Secretário da Câmara Municipal e Srs. Vereadores: Ady Zacarkin, Aparecido Vieira, Carlos Sergio Garcia, Daniel Moreira da Silva, Edmilson Donizete Botéquio, Everaldo Tatinha Avelar, Fábio Ferreira da Silva, Jonas Terto Rodrigues, José Galvão, José Octacílio Araújo de Moraes, Lauro Machado, Manoel Sebastião Jardim, Marcílio Rodrigues da Silva, Milton Hipólito dos Santos Filho, Nivaldo Dolvino Garcia, Pedro Odair Marucci e Romeu Luiz Bogoni, que compõem o corpo legislativo do Município de Paranavaí.

Em Paranavaí, o século XXI já começou.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Paranavaí foi fundada em 14 de dezembro de 1952. Tem mais de 72 mil habitantes e é pólo de uma importante região produtora do Noroeste do Paraná.

A temperatura média do município é de 22 graus no verão e 18 graus no inverno.

São 10 agências bancárias, 2.200 estabelecimentos comerciais, mais de 1.400 prestadores de serviços e 258 indústrias.

A segurança pública conta com um grande aliado: o Conselho Comunitário de Segurança, que é o principal responsável pela aquisição de viaturas e também pelos baixos índices de criminalidade na cidade.

Na área de comunicação, são 05 emissoras de rádio, 03 FMs e 03 AMs, um jornal diário e uma revista mensal. Possui uma emissora de televisão que transmite a programação da Rede Bandeirantes e, via repetidoras, recebe os sinais de quase todas as redes nacionais de televisão.

A principal atividade da região é a pecuária de corte. As pastagens ocupam 75% da área total da região.

O rebanho é de aproximadamente 1 milhão e 100 mil cabeças e a raça predominante é a nelore.

Na região também é forte a criação de búfalos. É o segundo maior rebanho de bubalinos do Paraná. Para atender um segmento deste, Paranavaí conta com 2 grandes frigoríficos, com capacidade de abate de 1400 bois por dia. São aproximadamente 450 toneladas de carne por dia, que abastecem os Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Juntos, os frigoríficos geram mais de 650 empregos diretos e estão prontos para colocar seus produtos no Mercado Comum Europeu.

A citricultura é a mais recente alternativa agrícola da região. Apesar de nova, ela veio com mais força e transformou Paranavaí no maior produtor de laranjas do Paraná.

Atualmente se produz 3 milhões e 600 mil caixas de laranja, o equivalente a 125 mil toneladas. Até o início do século XXI, a região estará produzindo quase 5 milhões de caixas, ou seja, 210 mil toneladas por safra, praticamente o dobro do que se produz atualmente.

A Cocamar Citrus é responsável pela transformação da laranja. Praticamente todo o suco produzido na indústria é exportado. Dois outros sub-

produtos da laranja - óleo essencial e o D'limonemo - também são exportados.

No mercado interno, a Cocamar Citrus abastece as indústrias de refrigerantes. Além disto, a laranja in natura é comercializada nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

O Grupo Gralha Azul é o único do gênero no Paraná, e surgiu há mais de 20 anos. O Grupo já gravou 4 discos e representa uma verdadeira relíquia cultural de Paranavaí. O FEMUP - Festival de Música, Poesia e Contos de Paranavaí é um dos únicos do gênero no Brasil e é realizado há mais de 30 anos.

A Banda Municipal, com 42 integrantes, toca desde música popular até clássica.

A Banda também realiza um ótimo trabalho na área social. Ela atraiu vários meninos que trocaram a rua pela música. O Teatro Estudantil de Paranavaí existe há 28 anos e envolve todos os setores da comunidade estudantil.

Nos fins de tarde, a Praça dos Pioneiros torna-se ponto de encontro. É o local preferido daqueles que possuem o hábito das saudáveis caminhadas.

O Bosque Municipal é a principal reserva ecológica da cidade. O Haras Três Fronteiras é um dos cartões postais de Paranavaí. O Haras tem 110 alqueires de área, por onde estão espalhados mais de 600 belos campeões, com predominância da raça mangalarga.

O Haras Três Fronteiras, já há 10 anos, é presença certa nos eventos anuais de equinos, realizados em um dos locais mais requisitados do país: o Palace Hotel, em São Paulo.

Um sofisticado laboratório garante a inseminação artificial e o tratamento dos animais. É pura tecnologia, que se transforma em negócios altamente rentáveis. Exemplo disto está no cavalo Jásio OJK, vendido por US\$ 300 mil em 1994.

O Atlético Clube de Paranavaí é uma das paixões dos moradores da cidade. Principalmente nas tardes de domingo, os apaixonados pelo esporte oficial do brasileiro deixam de lado suas preocupações e trazem para cá a sua força e apoio ao único time de futebol profissional da cidade.

No setor industrial, Paranavaí conta com mais de 250 empresas. O parque industrial, com mais de 100 hectares, tem toda a infra-estrutura necessária para receber investidores. Os incentivos para as empresas interessadas em se instalar em Paranavaí vão desde a doação de terreno e a terra-

planagem até a isenção de impostos e taxas municipais, pelo período de 10 anos.

Em Paranavaí encontra-se a maior indústria de amido do Brasil. É de Paranavaí uma das maiores fábricas de tronco de contenção do Brasil que produz cerca de 1.200 troncos por ano.

Em Paranavaí, a solidariedade e a união de forças conseguiram transformar a cidade. As indústrias comunitárias surgiram com muita força para dar novos estímulos à região. Surgiram então a Invinor, a única fábrica de vinagre da região e a Textilpar, que transforma o fio de algodão em tecido e transformou a região num pólo de confecções.

O Vest Center, um shopping de confecções, conta com mais de 50 lojas comercializando confecções produzidas na região.

A indústria de fundo de quintal também surgiu como boa alternativa econômica. Uma delas cresceu tanto que já exporta parte de sua produção de 30 mil bichinhos de pelúcia por mês, para o Paraguai.

Em março acontece a EXPOFAPA - Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Paranavaí. A cada ano aumentam a comercialização e o público desta que é uma das principais feiras do gênero no Paraná.

O FEMUP - Festival de Música, Poesia e Contos de Paranavaí, é realizado sempre no mês de novembro. Sem data fixa, mas sempre no segundo semestre, acontece a Festa da Laranja.

A FEINOR - Feira da Integração do Noroeste também não tem mês fixo para a sua realização.

Paranavaí está localizada em uma posição privilegiada no mapa do Paraná. Está situada no noroeste do Estado e muito próxima do principal eixo do MERCOSUL.

Com isto, começa a se firmar como um novo canal de exportação. Paranavaí está a menos de 80 quilômetros do porto seco, possui aeroporto e está ligada às principais rodovias do Estado, além de ser o principal pólo regional da divisa paranaense com o Mato Grosso do Sul. Conta com uma boa estrutura hoteleira e gastronômica. Bons hotéis e restaurantes garantem conforto e bem estar aos visitantes.

A região de Paranavaí também produz mandioca, algodão, café, bicho da seda e abacaxi. Dessas, a produção de mandioca é a mais significativa. É a segunda maior do Estado e ocupa 30 mil hectares. A produtividade da região é duas vezes superior que a da nacional. Na região se colhe em média, 30 mil

quilos por hectare. A média brasileira é de 13 mil quilos por hectare.

O café ocupa 14 mil hectares de lavouras. Este número aumenta a cada dia com a implantação do sistema de café adensado, que está trazendo de volta a cafeicultura para o Noroeste do Estado.

O bicho da seda é uma cultura que gera muitos empregos. São duas mil toneladas de casulos de bicho da seda produzidos na região, comercializados nas indústrias de fiação de seda.

Paranavaí conta com uma estrutura de pesquisas e difusão de tecnologia. O IAPAR - Instituto Paranaense de Assistência Rural e a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar da Universidade Federal do Paraná, representam um avanço tecnológico para a agricultura de toda a região.

Paranavaí tem duas faculdades com quase 3 mil alunos. A FAFIPA, que oferece 8 cursos de graduação, 7 de pós-graduação, e a UNIPAR, que funciona com 2 cursos.

Em Paranavaí, a estrutura de ensino de 1º e 2º graus é das melhores do Estado. São 45 escolas.

O Centro Municipal de Atendimento Profissionalizante atua nas áreas de deficiência mental, auditiva e visual, o CAIC atende 800 alunos em período integral.

Os cursos profissionalizantes oferecidos pelo SESC, SENAI, SENAC e o SENAR, completam a estrutura educacional de Paranavaí.

Contando com o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 3241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Cesar Roberto Franco, Mui Digno Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, solicitando que seja viabilizada a implantação da Escola de Trânsito do Paraná, em Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal; ao Vereador Manoel João da Silva (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta fundamenta-se em reivindicação recebida do Legisla-

tivo Municipal de Umuarama, através do Vereador Manoel João da Silva.

Por tratar-se de cidade pólo, Umuarama concentra um grande número de veículos, e consequentemente a ocorrência de acidentes é muito frequente. Com a implantação da escola, esse índice poderá diminuir sensivelmente, conscientizando os motoristas da responsabilidade de portar uma Carteira de Habilitação e dos riscos que o trânsito oferece, quando conduzido por motoristas irresponsáveis.

REQUERIMENTO Nº 3263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão da restauração, através do Projeto "Caminhos da Educação", dos trechos do Município de Teixeira Soares ao Rio da Areia de Baixo, ao Rio das Almas (até próximo a Guaraúna), ao Sítio Novo e a Gerônimo Tavio.

Os referidos trechos são de suma importância para o desenvolvimento do município, visto que servem de escoamento de grande parte da produção agrícola, além de interligar os distritos à cidade, também servindo de via para o transporte escolar.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito de Teixeira Soares: Romeu Neves, à Praça Getúlio Vargas, nº 11.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão da restauração, através do Projeto "Caminhos da Educação", do trecho Caetano Mendes - Entrada de Barreiros, extensão de 30 km + 7 km, no Município de Tibagi.

Os referidos trechos são de suma importância para o desenvolvimento do município, visto que servem de escoamento de grande parte da produção agrícola, além de interligar os distritos à cidade, também servindo de via para o transporte escolar.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Prefeito de Tibagi: Homero Talevi Campos, à Praça E. Mercer, nº 10.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão da restauração, através do Projeto "Caminhos da Educação", dos trechos da entrada da BR-239 - Três Bicos - Tereza Cristina, numa extensão de 25 km, no Município de Cândido de Abreu.

Os referidos trechos são de suma importância para o desenvolvimento do município, visto que servem de escoamento de grande parte da produção agrícola, além de interligar os distritos à cidade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Prefeito de Cândido de Abreu: Richard Golba, à Av. Paraná, nº 03.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão da restauração, através do Projeto "Caminhos da Educação", do trecho da BR-373 a Água Suja, numa extensão de 8 km, no Município de Imbituva.

Os referidos trechos são de suma importância para o desenvolvimento do município, visto que servem de escoamento de grande parte da produção agrícola, além de interligar os distritos à cidade, também servindo de via para o transporte escolar.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Prefeito de Imbituva: José Antonio Pantarollo, à Rua Pref. J. Buhner Jr., nº 462.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Polícia Civil do Estado do Paraná, cumprimentando pela realização da Semana de Exposições do Instituto de Criminalística do Departamento de Polícia Civil, na Biblioteca Pública, em

comemoração à Semana de Criminalística.

Requer ainda, seja oficiado ao Diretor Antonio Edison Vaz de Siqueira, com os cumprimentos extensivos à toda sua equipe.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 3286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, a transcrição dos Anais desta Casa de Leis, de manifestação expressada através de uma Nota de Repúdio do Partido da Frente Liberal, aprovada em reunião do Diretório do PFL, na data de hoje, anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Partido da Frente Liberal

Nota de Repúdio

Indignados com a difamatória campanha orquestrada pelos Srs. Osmar Dias e Roberto Requião, cujos efeitos negativos realimentam os meios de comunicação do País, com o objetivo de causar danos à imagem do Estado do Paraná, repudiamos essa ação terrorista provinda de origens espúrias e anti-paranistas.

O povo do Paraná tem consciência da estabilidade das instituições financeiras do Estado e renovado sua confiança no projeto transformador da sua economia, capitaneado pelo Governador Jaime Lerner, que nos últimos três anos atraiu investimentos industriais de US\$ 14 bilhões, abrindo para os paranaenses uma nova perspectiva.

Não será o veneno destilado por mentes doentias que lhe abalará a credibilidade reafirmada pela sábia decisão do Senado Federal que, amparado em parecer técnico do Ministério da Fazenda, aprovou financiamentos internacionais para o Estado, que os Senador Osmar Dias e Roberto Requião, numa ação nunca vista na história daquela egrégia Casa, vinham obstruindo ao longo de exatos 539 dias.

Curitiba, 15 de dezembro de 1997.
Diretório Regional do PFL no Paraná

REQUERIMENTO Nº 3285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da presente Sessão, de artigo publicado no Jornal Folha do Paraná, na edição do dia 12 de dezembro de 1997, página 03, sob o título "Os Ouvidos Surdos do Poder", do médico Lincoln Brasil e Silva, de Londrina.

Requer ainda a expedição de cópia do presente requerimento ao Diretor de Redação do Jornal do Paraná e ao autor do artigo.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição dos Anais da presente Sessão, da matéria publicada na Revista Veja - Edição 1526, Ano 30, nº 50, de 17 de dezembro de 1997, páginas 116, 117 e 118, sob o título "O Estado-Modelo foi à Lona". Matéria de fundamental importância para reflexão deste Parlamento, visto que revela a verdadeira situação financeira do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3290

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, em sua íntegra, a Carta que o Governador Jaime Lerner enviou, nesta data, à redação da Revista Veja, a propósito da matéria divulgada sob o título "O Estado-Modelo foi à Lona", (Veja de 17/12/97), que comete grave injustiça contra o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio: Geraldo Cartário.

REQUERIMENTO Nº 3292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, a transcrição dos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo, do dia 13 de novembro de 1997, na coluna assinada pelo conceituado jornalista Fábio Campana, página política, sobre o tema "Lição de Boicote", anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Meu caro Presidente Anibal Khury, meus queridos colegas.

Neste final de Sessão Legislativa, já que hoje é o último dia do período ordinário e não sabendo se esta Casa será ou não convocada extraordinariamente, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar a todos os colegas, seus familiares, todos os servidores, colegas de trabalho desta Casa, a todos os que aqui se encontram neste momento, servidores públicos, sindicalistas, enfim, a todos os homens e mulheres, pessoal da imprensa, meus velhos amigos. Cumprimentar a todos e desejar a todos um feliz Natal e um venturoso Ano Novo. E que o ano que vem, que está tão próximo, encontre na vida de cada um, pelo menos, duas grandes razões de vida, a meu ver, que constitui na solidariedade e na saúde pessoal de cada um. Estes são os votos que, sinceramente, do fundo do coração, quero expressar a todos que neste momento estão me ouvindo aqui na tribuna da Assembléia Legislativa.

Mas, a segunda razão dessa minha rápida fala, Sr. Presidente, é para fazer um registro. Todos sabem que fiz um acordo político transparente. Noticiei esse acordo e na oportunidade, desta tribuna, relatei as razões que me levaram a tomar esta decisão, ingressando depois de 22 anos de PMDB, no Partido Trabalhista Brasileiro.

As duas grandes razões dessa minha decisão, se resumem basicamente em dois grandes fatores: o primeiro, vem sendo um Deputado articulado com o Governo, tendo um maior relacionamento, um maior entrosamento com a equipe de Governo. Convivendo no dia-a-dia com as questões de Governo, eu possa partir dessa realidade e ajudar mais e melhor a minha região.

A segunda razão, é que sendo um Deputado com ligações com o Governo, posso também melhorar no curso do ano que se inicia, a atenção, a ajuda aos municípios que têm prefeitos que ajudamos a se eleger, e que têm nos apoiado ao longo da nossa carreira.

E nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui um registro e um agradecimento ao Governador Jaime Lerner e muito especialmente à sua esposa, a primeira dama, Fany Lerner, Secretária de Estado da Criança e de Assuntos da Família, com quem tive o prazer de privar nesses últimos três dias, um convívio intenso na Cidade de Londrina, onde a ilustre Secretária cumpriu uma agenda intensa e extensa na área de sua Pasta e na área social, e que me permitiria, rapidamente, aqui registrar, de forma muito efusiva e agradecida, como Deputado de Londrina, os benefícios que Dona Fany levou à nossa querida Cidade de Londrina, neste último final de semana.

Foram os seguintes os atos praticados pela Secretária Fany Lerner, na nossa cidade: assinou um Termo de Cooperação Técnica e Financeira com a Prefeitura de Londrina, para a construção de uma unidade de internação de adolescentes. É uma filial do Educandário São Francisco de Assis, que temos aqui em Piraquara e que lá em Londrina também levará o nome de Unidade São Francisco de Assis II, para internação e atendimento de adolescentes, de 12 a 17 anos, numa quantidade em torno de 40. Esta obra, Sr. Presidente, nobres colegas, há vários anos que nós de Londrina estamos reivindicando.

Algumas vezes, encontramos na locação de um prédio privado, a solução deste problema, mas em todas estas oportunidades, a simples locação, ao invés de resolver o problema no todo, como merece e se espera, acaba gerando uma série de outros problemas, como a falta de compreensão e aceitação por parte de moradores do bairro onde esta unidade se instalaria.

Agora, com esta assinatura deste Termo de Cooperação, a Secretaria da Criança repassou ao Município de Londrina, uma verba superior a um milhão e duzentos mil reais, e com esse dinheiro, a Prefeitura vai construir essa Unidade de Internamento e de Recuperação de adolescentes infratores, uma obra prevista de aproximadamente 1700 metros quadrados, para, a partir daí, então, começar também a construção de uma semelhante, nas Cidades de Maringá e Foz do Iguaçu.

Além dessa importante ação da Secretaria, dirigida pela primeira dama, ela também assinou um Termo de Compromisso com a Prefeitura de Londrina, repassando recursos para a construção de mais uma creche, recursos esses oriundos do Programa Vale-Creche, que é um programa resultado de um programa nacional, conhecido como Comunidade

Solidária, através do qual a Receita Federal, ao apreender mercadorias de origens ilícitas, principalmente as contrabandeadas, a Receita repassa à Secretaria da Criança, boa parte desses produtos, e a Secretaria da Criança, em convênio com o PROVOPAR de Londrina, realiza um ou vários bazares, vende esses produtos e com o dinheiro arrecadado dessa venda, tem sido possível executar obras deste significado, e esta de Londrina, representa a 17ª creche do Programa Vale Creche, e mais outras 20 já decididas pela Secretaria da Criança a serem construídas em diferentes regiões do nosso Estado.

Uma outra obra da maior importância. Temos em Londrina, num dos bairros mais populosos, e sob o ponto de vista da carência, o mais intenso, talvez, da nossa cidade - é o Conjunto União da Vitória. Pois bem, lá, a Secretária Fany Lerner, não só inaugurou uma ampliação de um novo Projeto Piá, como também repassou recursos para ampliação de uma outra unidade, de uma creche que é a Creche Imaculada Conceição. Na ordem de quase 35 mil reais para serem aplicados na ampliação, na reforma e na melhoria das condições de atendimento das nossas crianças do Conjunto União da Vitória.

Com esta agenda intensa, a Secretária Fany Lerner, justiça seja feita, algo inédito, não me recordo, Deputado Luiz Carlos Martins, de nenhum momento, uma primeira dama que ocupe um cargo executivo no Governo, que tivesse ficado - uma única vez - três dias consecutivos na Cidade de Londrina, visitando unidades, conhecendo seus problemas, além do que ela já conhece, e levando soluções objetivas para parte desses problemas.

Isso para nós, em Londrina, é da maior relevância e da maior importância. Porque o que os olhos não vêem, o coração não sente, e a presença da Secretária é da maior relevância, sobretudo se analisarmos a área que ela administra, que é a área social. Uma das áreas mais carentes do nosso Estado.

E em estando em Londrina durante esses três dias, convivendo de perto com a administração do município, com o PROVOPAR - este programa extraordinário de voluntariado, de mulheres londrinenses que atuam, que trabalham anonimamente em benefício dos mais carentes e necessitados - a Secretária passa, a partir do conhecimento direto e objetivo desses problemas, a ter uma maior sensibilidade, e consequentemente, a solução para esses mesmos pro-

blemas acabam vindo de maneira mais rápida.

Portanto, quero, como Deputado de Londrina - sei que também é este o desejo e o entendimento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti - quero agradecer aqui, os investimentos que o Governo do Estado, através, muito especialmente da Secretaria da Criança e dos Assuntos da Família, vem fazendo na minha Cidade de Londrina.

Evidentemente que não se circunscreve apenas a Londrina. Estou fazendo este registro em relação à Londrina, porque nesses três dias, pude acompanhar a primeira dama, nessas suas visitas e nesses seus compromissos, nos diferentes bairros e entidades da nossa cidade. Mas, também, nas demais cidades da região que represento aqui, juntamente com outros colegas.

Portanto, Sr. Presidente, neste último dia de encerramento do período legislativo, reafirmo, aqui, minha crença no ano que vem. A minha esperança de um ano mais próspero, mais feliz, mais humano e mais fraterno, e acima de tudo, com muita saúde e muita paz para todos nós.

Quero registrar este agradecimento na última Sessão. Porque quando vimos aqui, cobrar, pedir, reivindicar, temos que ter, no mínimo, a grandeza do reconhecimento de subir à tribuna para dizer muito obrigado! E é o que estou fazendo neste momento. Muito obrigado Secretário Fany Lerner, pela sua atenção e pelo apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Venho a esta tribuna para tecer alguns comentários a respeito do projeto de lei que trata da PARANAEDUCAÇÃO. O projeto originário de mensagem do Poder Executivo, visando criar a PARANAEDUCAÇÃO, reacende nesta Casa o debate a respeito da natureza e da qualidade do nosso sistema educacional.

Enquanto o Governo afirma, na sua exposição de motivos ao projeto, que a PARANAEDUCAÇÃO tornará mais eficaz a educação no Estado, a vigilante oposição vê na proposta uma manobra para privatizar o ensino, frustrando, desta forma, o ideal popular da escola universal, pública, gratuita, democrática e de boa qualidade.

Como sabemos, a questão relacionada ao público e o privado na educação, envolve a antiga polémica. No processo de argumentação da Constituinte, foi um dos temas mais debatidos, principalmente porque todos os grupos estabeleciam um conflito ao se denominarem como "públicos", em razão dos serviços educacionais prestados à educação. Surgiram daí três conceituações de público: o público mantido pelo Estado, o público não estatal e o público como serviço público.

O conceito de público como escola mantida pelo Estado, foi o conceito defendido pelo Fórum da Educação. Baseavam-se seus defensores no entendimento de que o ensino é uma atividade prioritária da esfera pública da sociedade. E, por isso, é uma atividade prioritária do Estado. Esta corrente defendeu a destinação dos recursos públicos exclusivamente para a escola pública.

No conceito de público não estatal, tivemos a participação, a defesa feita pelas escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas, para se distinguir das demais instituições privadas, e assim procurar repartir o bolo dos recursos públicos destinados à educação. Tais entidades com esse conceito pretenderam estabelecer a distinção entre entidades com fins lucrativos e aquelas sem fins lucrativos.

Desta forma, seriam consideradas públicas, tanto aquelas entidades do Estado, como aquelas que se organizassem sem fins lucrativos. Esta corrente defendia a destinação de recursos para as escolas dos Estados, para as escolas mantidas pelo Estado e para as escolas que se definissem como sem fins lucrativos.

E finalmente, o conceito de público como serviço público, que foi levantado pela FENEN, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, com o objetivo de negar a distinção corrente entre escola privada e escola pública. Para esta corrente, o caráter público da instituição educacional define-se pelo serviço que presta à população, e logo toda a educação, seja aquela ministrada pelo Estado ou pela instituição privada. Esta corrente defendia a destinação de recursos públicos para o sistema educacional em geral.

No final do debate, no final dessa luta, venceu a idéia defendida pelo Fórum de Defesa da Escola Pública, no sentido que o público era mantido pelo Estado. Daí que resultou na preferência constitucional, pelo ensino públi-

co universal, gratuito. E em função disso, ficou legalmente ajustado, firmado na Constituição Federal, que a iniciativa privada, embora livre, é meramente secundária e condicionada.

Esta concepção está contida nos Artigos 205 a 214 da Constituição Federal, que é a base para a organização do nosso sistema de ensino. E toda proposta que se confrontar contra esse sistema, evidentemente está fadada ao insucesso. Resta considerar, portanto, se o Projeto da PARANAEDUCAÇÃO conflita com esta proposta.

É importante ressaltar que algumas dúvidas, algumas desconfianças, surgiram, inicialmente, a respeito da colocação do projeto. Mas é bom frisar de início, que ele não conflita com a proposta colocada na Constituição.

A PARANAEDUCAÇÃO, vejam bem, é uma empresa constituída sobre a modalidade do serviço social autônomo, sem fins lucrativos, e de interesse coletivo, com a finalidade de auxiliar na administração do sistema estadual de educação. Sobre este aspecto, a mensagem atende a exigência contida na Constituição Federal, que no inciso 19 do artigo 37 diz: "somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública".

A criação desta entidade, antes de caracterizar a extinção do serviço público, representa, isto sim, a repartição de serviço público, a repartição de serviço pertencente ao Estado com entidade integrante da própria administração pública.

Para melhor esclarecer esta questão, é bom lembrar que a nossa administração pública é composta por três elementos classificados em entidades estatais, autárquicas e paraestatais. Tanto as entidades estatais como as autárquicas são pessoas jurídicas de direito público. Já as entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado. Nesta categoria, fazem parte as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as fundações mantidas pelo Poder Público e os serviços sociais autônomos, também chamados de entes de cooperação ou entes cooperativos, que não se confundem com as sociedades cooperativas do direito privado.

Embora com personalidade jurídica de direito privado, essas entidades só podem ser criadas se instituídas ou autorizadas por lei e só podem atuar para a execução de atribuições de interesses coletivos, desejados e ordenados pela administração. Possuem a autonomia administrativa e financeira,

têm patrimônio público, mas ficam sempre vinculadas ao órgão da entidade estatal a que pertencem, ficando sujeitas àqueles mecanismos de controle que a lei impõe à administração pública.

Quanto a este aspecto, o projeto não deixa qualquer margem de dúvida, pois define em seu artigo 4º que a PARANAEDUCAÇÃO se vinculará à Secretaria Estadual de Educação, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão de educação, observadas as orientações normativas que emitir em conformidade com o contrato de gestão, que com o Estado prescrever nos termos previstos em lei.

E adiante, no § 1º do artigo 15, o projeto ressaltava que o contrato será firmado entre o Governo do Estado, por intermédio do Governador, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade e economicidade.

Finalmente, no que tange a seu controle e fiscalização, ressaltava o projeto no artigo 16, que as contas do PARANAEDUCAÇÃO deverão ser aprovadas anualmente pela Assembleia Legislativa, estabelecendo ainda o § 1º do mencionado artigo, que a data limite para esta prestação é 31 de março de cada ano.

É absolutamente falso, portanto, dizer que o projeto entregará a educação à iniciativa privada. Ao contrário, ela continuará sob o controle do Estado e da Secretaria da Educação, especialmente com o objetivo de dar ao Estado maior eficiência na realização da Política Estadual de Educação. Ela não exclui o sistema de gestão atualmente existente, nem se confronta com ele, ao contrário, é órgão auxiliar deste sistema, está em harmonia com ele e é isso que o projeto deixa claro em seu artigo 1º, ao dizer que a PARANAEDUCAÇÃO visa auxiliar, na gestão do Sistema Estadual de Educação, através da assistência institucional, técnica, científica, administrativa e pedagógica da aplicação de recursos orçamentários destinados pelo Governo do Estado.

Concedo o aparte do Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Joel Coimbra, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, estou extremamente interessado e acompanhando o seu discurso e as explicações técnicas e jurídicas com relação à PARANAEDUCAÇÃO.

Muito embora Vossa Excelência seja um professor da área e tenha tratado tecnicamente de acordo com a visão, a meu ver, que o Governo tem, mesmo assim estou encontrando enormes dificuldades em poder acompanhá-lo até o final do seu raciocínio, quando Vossa Excelência faz a defesa do projeto do Governo, defendendo a sua constitucionalidade.

Tenho, cá comigo, as minhas dúvidas. Já fiquei preocupado com esta discussão lá na Comissão de Constituição e Justiça e não tenho mais dúvidas. A meu ver, este projeto é inconstitucional, porque não posso entender que se crie uma empresa, como está muito bem claro no artigo 1º: "fica constituído o PARANAEDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado". Termina aí "direito privado", qualquer tipo de alegação que venha à frente, é para mim um complemento sem muito peso. É só perfumaria, como diz o Pessuti.

Esta empresa de direito privado vai gerir recursos públicos orçamentários, está expresso logo adiante. De onde vêm os recursos? Do orçamento do Estado do Paraná, de doações, de venda de imóveis, de alienações, de empréstimos até do exterior. Tudo com recursos públicos, sem que se preste contas concretamente para ninguém.

Apresentar um relatório circunstanciado para a Assembléia Legislativa do Paraná é uma coisa, o órgão fiscalizador é o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, se os recursos são estaduais. Se forem recursos da União, terá que prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Então, é só por este fato, meu prezadíssimo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. A meu ver, este projeto é inconstitucional, inconstitucional!

Não podemos, neste instante...

(Tumulto nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Espero que os professores se comportem como se estivessem dando aula. Assobio não é um sinal positivo de educação.

(Aplausos)

O Sr. Toti Colaço - No final do período legislativo, uma semana antes chega um projeto desta natureza, onde muda o visual, a história, mudam os princípios do ensino fundamental, do ensino público, sem nenhuma discussão mais aprofundada, e nós, de pronto, de imediato, já entendemos que é inconstitucional. E até porque estão em jogo

neste instante 18 mil funcionários, e que quando, por ocasião das eleições passadas, em campanha, o atual Governador dizia, categoricamente, que iria resolver o problema desses professores conveniados com as prefeituras, através do regime celetista, e que hoje, no final, no apagar das luzes, um projeto desta natureza, não foi resolvido, foi feito apenas um concurso, poderia ter feito um concurso por ano e automaticamente já teria resolvido o problema do ensino público no Estado do Paraná. Foi compromisso do Governo.

E, no entanto, hoje, transformar a Secretaria de Educação como patrona de uma empresa particular, com dinheiro do próprio Governo, automaticamente, o Deputado Toti Colaço vai votar contra na sua constitucionalidade e vou votar contra, também, no mérito, logo em seguida.

O SR. JOEL COIMBRA - Deputado Toti Colaço, agradeço o aparte e louvo a sua brava atuação, mas ressalto que não podemos compreender que a entidade que seja fiscalizada pela Assembléia Legislativa, não possa ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas, que é exatamente um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Nem que o Governo quisesse impedir essa fiscalização, ele poderia fazer isto.

Ainda sobre a questão relacionada ao caráter público, vamos verificar que o Governo do Estado não apenas reafirma o seu caráter público ao criar uma empresa que está enquadrada na estrutura da administração pública, e aí é bom lembrar, que não vale aquilo que cada um pensa individualmente, mas vale sim, a doutrina a que está filiado o Estado brasileiro.

Não podemos dizer que está privatizando, um Governo que opta por uma entidade paraestatal, quando a paraestatalidade é inerente a característica da nossa administração pública. Não podemos dizer que vai entregar para a iniciativa privada um sistema que terá convênio firmado com o Governador do Estado, terá na superintendência o Secretário de Estado da Educação, além do que terá num Conselho de Administração altamente democrático, basta ver o artigo 8º, onde consta que são membros do conselho: um representante indicado pelo MEC, um representante indicado pela FUNDEPAR, um representante indicado pela APP Sindicato, que portanto vai fiscalizar este sistema, um representante indicado pelo setor produtivo de comum acordo com as federações patronais, um representante indicado pelas Federações das Associa-

ções de Pais e Mestres, um representante indicado pela Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior, a APIESP, e um representante indicado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Então, é uma entidade aonde participam, além do setor oficial, participam também representantes legítimos da sociedade como a APP, AFIESP, Associações de Pais e União de Dirigentes Municipais.

Então, vejam bem os senhores, que aqui está incluída uma representação participativa e democrática.

No que diz respeito ao seu caráter público, basta darmos uma olhada no artigo 7º, onde veremos lá a participação do Secretário de Educação, do Secretário de Estado da Fazenda, do Secretário de Estado do Planejamento, do Secretário de Administração e do Conselho Estadual e do Presidente do Conselho Estadual de Educação.

Veja bem, portanto, que longe de ser uma entidade que está repassando para a iniciativa privada no sentido de denegrir, de diminuir a eficiência do sistema, ela representa uma proposta que busca assegurar a eficiência do sistema. Inclusive garantindo a segurança dos trabalhadores das área com a exigência de que seja apresentado um plano hábil, não apenas um plano de ação, mas também um plano de carreira dos funcionários.

Antes ainda de conceder o aparte, gostaria de lembrar, que embora compreensível a desconfiança que possa causar o projeto em função de ser uma proposta inovadora, é bom mencionar, é bom ter em mente que tudo isso fica vinculado a atenção ao texto constitucional, especialmente naquilo que tange a gratuidade do ensino e a exigência do concurso. Não poderá, de qualquer forma, ser quebrado o princípio da gratuidade do ensino, porque esse é um princípio constitucional previsto no artigo 206, inciso IV, que coloca como um dos princípios fundamentais do nosso sistema educacional a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

E logo em seguida, no inciso V, estabelece também o princípio da valorização dos profissionais do ensino, com plano de carreira e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, além da gestão democrática do ensino na forma da lei.

São, portanto, matérias que mesmo que o legislador local ressalve o contrário nessa legislação, é matéria que não surtirá efeito, porque está fadada a sucumbir em função de que já nasce

atingida mortalmente pelos efeitos da constitucionalidade.

É bom lembrar que essa proposta não se confunde com uma figura execrável, com um monstro que foi criado, que tempos atrás, chamado de "escola cooperativa", onde foi criado um mecanismo de repassar para a iniciativa privada, sem lei e sem nenhuma autorização, recursos públicos do Estado.

Essa proposta tinha diferença, porque simplesmente o administrador, ao seu bel-prazer, ao seu arbítrio, lançou editais e chamou empresas, isso sim, empresas privadas, constituídas só por regime comum das empresas privadas, sistema comum das empresas que visam lucro para participar sem gestão do Estado, recebendo esses recursos. Aqui não, é uma empresa que integra o sistema de administração do Estado, que é fiscalizada pelo Estado, que é submetida ao sistema do Tribunal de Contas. Enfim, a todos os mecanismos que a lei impõe ao sistema de ensino públiconacional.

Concedo um aparte ao Deputado Caíto, depois ao Deputado Nerone, e Deputado Péricles.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pequeno Expediente não é permitido aparte.

O SR. JOEL COIMBRA - Peço para usar o horário do PTB.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Concedo o horário da Liderança do PTB ao nobre Deputado.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Joel Coimbra, não quero ser prolixo no aparte, para não retirar o tempo de Vossa Excelência.

Apenas queria fazer uma colocação rápida, quando Vossa Excelência procede a leitura do texto da mensagem, dizendo da participação do Secretário de Estado, da APP e de outras entidades.

Deputado, a participação do Secretário de Estado ou de alguém da área do governo numa entidade de direito privado, não muda a essência daquilo que estamos discutindo aqui. É a relação do contratado para a contratante.

Qual é a relação que existe entre o professor contratado por essa empresa com o contratante e com o Estado, que em última análise é quem está aplicando o recurso da educação? Essa é a grande discussão. E para essa discussão não se teve resposta.

Curitiba, segunda, em 15.12.97

Vossa Excelência, na sequência, leu a Constituição, dizendo que o ensino público, só por concurso, garantindo ascensão em carreiras. O contratado da PARANAEDUCAÇÃO fere esse princípio da própria ascensão.

O que queremos discutir, aqui nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é nem sequer se a PARANAEDUCAÇÃO é interessante ou não, mas é discuti-la com segmentos, que vão ter que conviver com ela. Não é regime democrático a implantação de um sistema, sem discutir com o estudante e com o professor.

Na sequência, continuaremos a discussão.

Obrigado.

O SR. JOEL COIMBRA - Ressalvo que o artigo 19, da PARANAEDUCAÇÃO, fixa um prazo de 90 dias de sua posse, para que seja apresentado um plano de cargos e salários, onde será estabelecido, não apenas a política salarial, como também a política dos benefícios dos empregados, com instituição de plano de carreira, contendo, inclusive, critérios de promoção e de valorização profissional.

Portanto, a entidade trata, sim, de uma política de benefícios, está preocupada e traz a garantia para que seja dado a esses empregados uma política de valorização profissional.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Ilustre Deputado Joel Coimbra, ouvi a pouco o aparte do Deputado Caio Quintana, quando ele dizia que devemos discutir o projeto com os estudantes, os professores e com a APP.

Deputado Caio Quintana, desde o momento em que este projeto entrou em processo de votação nesta Casa, a Liderança do Governo Jaime Lerner se colocou à inteira disposição, para discutir o projeto e aceitar sugestões que venham contribuir para o melhoramento do projeto. Que fique clara esta posição.

Agora, o que não podemos aceitar, e gostaria de dizer isso aos professores aqui presentes, o Governo Jaime Lerner está com a maior boa vontade, e Vossas Excelências sabem que fomos o Governo dos últimos anos que mais avançou na questão da educação.

Aprovamos, aqui nesta Casa, o plano de carreira dos servidores das universidades, demos aumentos substanciais aos professores e em certas categorias chegaram a 100%. Queremos

avançar ainda mais, por isso o Governador Jaime Lerner está numa batalha incansável de industrialização do Estado, para fugirmos da dependência da arrecadação da agricultura somente, para podermos dar avanços substanciais às categorias e aos funcionários públicos.

Mas é importante ressaltar, Deputado Joel Coimbra, Vossa Excelência que foi o relator desse projeto, eu como Líder do Governo Jaime Lerner, apesar das vaias, reafirmo aqui, estamos abertos para negociações, para sugestões. O projeto está apenas em 1ª votação. Poder receber emendas e podemos contribuir, e muito, para avanços nesse projeto.

Devemos lembrar que aproximadamente 40.000 servidores estaduais que são contratados temporariamente, estão torcendo para que aprovemos o PARANAEDUCAÇÃO.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. JOEL COIMBRA - Muito obrigado, Deputado Rossoni. Sou testemunha que Vossa Excelência inclusive convidou as entidades para discutirem a questão, solicitou sugestões para emendas, mas ao mesmo tempo que o senhor apresentava a proposta de emendas, eles distribuíam panfletos procurando deturpar o projeto, dando a ele características que não possuía, de tal forma que não sabemos se eles queriam, efetivamente, negociar ou se estavam querendo tempo para fazer do projeto um fantasma.

É bom lembrar que temos hoje 30.000 contratos temporários, dentro dos quais 18.000 são professores e que terão seus contratos rescindidos, no fim do ano, se não tomar uma medida. E a PARANAEDUCAÇÃO é exatamente a medida para dar segurança a estes 30.000 servidores temporários que serão demitidos se não tiver esta alternativa.

Concedo o aparte ao Deputado Péricles.

O Sr. Péricles Mallo - Deputado Joel Coimbra, com todo respeito quero fazer duas perguntas ao senhor. Primeiro, me parece que com este projeto o Governo transforma a exceção em regra, porque hoje o contrato temporário é uma exceção, para a educação ele passa a ser a regra.

Segundo, gostaria de perguntar ao senhor...

O SR. JOEL COIMBRA - O senhor está confundindo contrato temporário

com contrato por prazo indeterminado. É diferente uma coisa da outra.

O Sr. Péricles Mallo - Queria que o senhor me explicasse o que significa valor de mercado para salário de professor. Isto está escrito no título 7 do regime jurídico dos empregados, no § 1º do artigo 19 está escrito o seguinte: "os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e se necessário, revistos periodicamente".

O que significa valor de mercado para salário de professor?

O senhor também falou em concurso público, que será mantido com o PARANAEDUCAÇÃO. Mas, me parece que este concurso, Deputado Joel Coimbra, pelo documento do próprio Governo, que recebi hoje no meu gabinete, do Secretário da Educação, ele diz que segue uma pesquisa feita pela Secretaria com os professores e funcionários, que diz o seguinte: "na sua opinião, quem deveria definir o docente professor a ser contratado: Secretaria da Educação - 16%, Escola - 83%". Me parece que esse concurso público ao qual se refere o projeto, são as milhares de escolas do Paraná, que definirão seus critérios próprios para contratar professores?

São essas duas perguntas que gostaria que o senhor me respondesse.

O SR. JOEL COIMBRA - Na verdade, o que está havendo é uma confusão, porque o que podemos esclarecer é aquilo que o projeto diz. E se o projeto diz que devemos ter um plano de carreira, é sobre isso que devemos trabalhar.

Quanto a questão do concurso público, fazemos a análise dentro daquilo que a Constituição nos ensina. Seguimos a direção que a Constituição nos dá. É evidente que não podemos trabalhar ao sabor de desconfianças, de más interpretações.

Mas veja bem, essa é uma dúvida que poderia nem existir se fosse apresentada uma emenda na época em que o nosso líder Rossoni estava conversando com a entidade, no sentido de tornar claro aquilo que era duvidoso.

No meu ponto de vista, não há necessidade de colocar num dispositivo aquilo que a Constituição já diz. Ou então, estaremos desmerecendo aquilo que está na Constituição. Mas, de qualquer forma, se houvesse boa intenção, poderia haver uma proposta de emenda dentro daquele plano de negoci-

ação que já foi oferecido e que foi rejeitado.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Deputado, o senhor não esclareceu uma pergunta do Deputado Péricles, que acho fundamental para que entendamos o que significa PARANAEDUCAÇÃO. O que é valor de mercado para contratação de professores?

O SR. JOEL COIMBRA - Posso explicar para o senhor que PARANAEDUCAÇÃO é aquilo que está escrito ali. Valor de mercado é matéria de economia, que os senhores devem estar seguindo exatamente na trilha que os senhores até agora abominaram.

Estamos aqui para discutir aquilo que está no projeto. E não vamos aqui discutir aquilo que a proposta não contempla.

O Sr. Irineu Colombo - Deputado Joel Coimbra, elogiando seu esforço no sentido da justificação formal e legal do projeto, extraímos desse projeto todas as justificativas formais. Primeiro, da participação popular com sindicatos e federações patronais, com o MEC participando.

Você dá um caráter de formalidade da democratização da discussão, e sabemos que na prática são todos entes que cooperam tradicionalmente com o Governo que aí está. Portanto, se dá um caráter formal de colaboração.

Mas a linha política, a linha ideológica, a administração do Estado do Paraná ganha sempre, na prática, aquilo que o Governo quer.

Quando se fala que a saída é a aprovação da PARANAEDUCAÇÃO, é mentira, porque a saída está colocada desde há muito tempo, na nossa legislação, que são os concursos! Os professores não estão passando nos concursos.

Então, a PARANAEDUCAÇÃO, a partir do momento, abre os valores de mercado, a contratação por um testezinho aqui, justificando como se fosse concurso, aqueles professores que são incapazes de passar no concurso, se tornariam absolutamente capazes de serem contratados pela empresa PARANAEDUCAÇÃO.

Tem uma falácia nisso tudo. Ao mesmo tempo em que o Governador do Estado, Jaime Lerner, tem gasto fortunas em Faxinal do Céu, com a intenção de melhorar a qualidade dos nossos professores. Portanto, ou o dinheiro gasto em Faxinal do Céu foi um dinheiro inútil, jogado fora, porque os professores não estão passando nos concu-

sos, ou então realmente para os professores ficarem mais inteligentes e capazes, temos que aprovar a PARANAEDUCAÇÃO, porque aí sim serão suficientes os seus conhecimentos para serem contratados.

O próprio Secretário da Educação falou, há poucos dias, na Comissão de Constituição e Justiça, que a intenção do projeto é que as escolas passem a contratar os professores, numa relação de um contrato que pode durar 30, 40, 60 dias, feito pela direção da escola. Direção essa que tem uma relação muito submissa com o Governo do Estado.

Portanto, novamente na mão do Governo do Estado, contratando professores, demitindo e admitindo a hora que quiser, com o esforço jurídico de ter uma empresa fazendo isso e fugindo das garras do Tribunal de Contas.

Queremos sim, que o Governo venha a público dizer: "vamos contratar professores, vamos valorizar os professores, fazendo concursos públicos, tantos quantos forem necessários para preencher as vagas". Aí sim, teremos a oferta de ensino público gratuito.

Por outro lado, Deputado Joel Coimbra, abrimos a porta do formalismo como está colocado o projeto. Abrimos a porta para a PARANAEDUCAÇÃO contratar professores para aulas de datilografia e de informática, contratando professores pagos sem concurso. E quem quiser frequentar os cursos na escola, terá que pagar à APM e para a direção da escola.

Isso está colocado no projeto de lei. Com isso você tira e só dá o núcleo comum que é duas ou três aulas de matemática e português, o resto é jogado para a PARANAEDUCAÇÃO, privatizando o ensino e forçando os pais a pagarem a APM. Como acontece hoje, temos aqui recibos de 15, 20 e 30 reais.

É nessa jogada que não queremos entrar. Iremos persistir até o fim. Queremos a derrota desse projeto de lei. A intenção do Governo é dar um formato legal, de aparente democratização, mas na verdade, por traz disso, se esconde uma grande armadilha.

Muito obrigado.

O SR. JOEL COIMBRA - Agradeço o seu aparte, Deputado Irineu Colombo.

Apesar do esforço, Vossa Excelência nega o que o projeto tem e supõe aquilo que ele não diz e a sua verdadeira finalidade.

Está escrito, não apenas no artigo 1º do projeto, como também ressalta na exposição de motivos, que diz: "...o objetivo da PARANAEDUCAÇÃO é dar flexibilidade organizacional e opera-

cional ao Sistema Estadual de Educação, mediante maior autonomia administrativa e financeira das escolas do Estado e aos entes cooperantes da comunidade, atraindo a todos para um esforço ainda maior de eficiência e unidade...".

Portanto, ressaltamos aos Srs. Deputados sobre a validade do projeto, que é louvável, que vai sim, trocar tudo isso que foi dito em miúdos. Vai sim, não apenas democratizar o ensino, aumentar a sua eficiência, repartir com as escolas a gestão do ensino, repartir com as entidades e acima de tudo, resolver um problema que é crônico e angustiante, para mais de 30 mil servidores, que é exatamente dar a eles um plano de carreira, dar a eles uma certeza de emprego.

E isto vai, sim, permitir a contratação imediata desses servidores que todos os anos vivem a angústia de serem demitidos e não saberem quando serão contratados.

O projeto é louvável e merece a aprovação dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Subindo a esta tribuna, hoje, para dizer dos programas fundamentais que foram realizados no Governo do Estado do Paraná.

O Governo Jaime Lerner, na nossa região Centro-Oeste do Estado do Paraná, que compõe o Município de Campo Mourão.

O Governador do Estado do Paraná, a exemplo, hoje, aqui, nas palavras do Deputado José Tavares, e também não poderia de forma alguma, Sr. Presidente, ao encerrar o trabalho legislativo, de dizer aqui, de dar o testemunho dos trabalhos positivos de um Governo que vem preparando o futuro do Estado do Paraná.

Queria, neste momento, dizer e saudar dos investimentos, através da Secretaria de Habitação do Secretário Raphael Dely, que em 3 anos de Governo Jaime Lerner, e o que não foi feito durante os outros três governos inteiros, se fez 50% das construções de casas, para trabalhadores da nossa região, no total de 4.760 casas.

Sr. Presidente, através da FUNDEPAR, do nosso grande Presidente Segismundo, onde 16 municípios foram beneficiados com quadras cobertas,

sendo atendidas 21.389 crianças. Temos, também através da Secretaria da Agricultura, de um Secretário nota 10, do Hermas Brandão, do Programa do Café Adensado, do Programa do Calcário, do Programa do Plantio do Algodão, tudo isso gratuitamente para o nosso trabalhador, para o nosso herói, aquele que é a razão, a sustentação do nosso Estado, aquele que faz o progresso, o desenvolvimento, que faz o movimento nas suas cidades.

Não poderíamos, Sr. Presidente, deixar de aqui relatar esses importantes projetos que foram feitos na região Centro-Oeste do Estado do Paraná e em todo Estado do Paraná.

Quero aqui, também, fazer um agradecimento aos Srs. Deputados, ao encerrar hoje os trabalhos legislativos, onde foi aprovado o Pólo das Indústrias de Alimentos em Campo Mourão, um programa de industrialização que visa a transformação da matéria prima, que é a vocação da nossa região, que é a agricultura.

Como disse o nosso Líder do Governo: "não podemos ser um Estado apenas dependendo da agricultura, temos que ser um Estado independente, com agricultura e com industrialização. Para gerar emprego, para que os nossos filhos e os nossos netos tenham um futuro e que a arrecadação do Estado possa ser melhor, para que o Governo possa dar aumento, não só aos nossos professores, para também dar aumento ao cargo geral do Estado do Paraná". E é so com a industrialização que vamos conseguir isso, Sr. Presidente.

O que o nosso Governo do Estado está fazendo é preparando o futuro do Paraná, 12 bilhões de investimentos na área da industrialização.

Não podemos esquecer do agradecimento, à Deus que nos ilumina. Aquele que nos dá o sol, a água, a vida, o ar, tudo isso de graça. É por isso, que cada um de nós tem o nosso compromisso. E também trabalhar em prol de uma sociedade, de uma comunidade, e cada Deputado com os municípios que representam.

Queria também dizer que o projeto do Pólo de Indústrias de Alimentos de Campo Mourão, daquele programa do Governador que somos um Estado de agricultura e não temos indústria. Quando vamos a um supermercado comprar alimento, é do Rio Grande, de Santa Catarina, de São Paulo, de Goiás. Queremos comprar alimentos nos mercados e nas mercearias do Estado do Paraná. Que seja do Paraná, porque não adianta os nossos filhos saírem de uma festa de formatura e irem para o banco de de-

semprego. E o Paraná, hoje, cresceu, e é o Estado que mais está crescendo na Federação, na área da industrialização.

Quero aqui, Sr. Presidente, registrar, com muita alegria, a presença da nossa dinâmica diretora, Sra. Cassimiro, da FECILCAM (sic) de Campo Mourão, que também foi beneficiado pelo Governo do Estado, autorizando o segundo curso do Brasil, que é de Engenharia de Produção Agro-industrial e Matemática, graças a um trabalho também dinâmico da nossa diretora, do diretor e da equipe de Campo Mourão.

Portanto, Sr. Presidente, quero neste momento, saudar a todos os Srs. Deputados, para que o ano de 1998 seja um ano de sonhos, alegrias e realizações do povo do Estado do Paraná. Na paz, assim como na guerra, a união produz a vitória, mas a vitória dos políticos que têm compromisso com o povo do Estado do Paraná, e não de politiquinhos que devem ser colocados nas cinzas e dizimados deste Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Sr. Deputado Ademar Traiano.

(Declina)

Passamos ao horário do Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras que se encontram nas galerias.

Sei que esta questão que vamos votar hoje é importantíssima, mas quero usar parte do tempo que tenho, para trazer duas informações, que são de extrema importância.

O nosso país está submetido a um projeto econômico e político imposto pelas grandes empresas transnacionais e pelos países ricos do mundo, e por esta imposição, o Estado brasileiro e os grandes empresários têm tido uma política de destruição do direito dos trabalhadores, seja eles do setor público ou privado.

Recebi uma carta do Presidente da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Passo a ler:

"1 - Quanto às pretensões salariais:

a) oferecer apenas o possível e nunca ultrapassar o índice de 2%;

b) é aconselhável oferecer zero de reposição, tendo em vista a crise advinda do Plano Real;

c) oferecer zero de produtividade - alegando os mesmos motivos acima;

d) não conceder nada em produtividade, para não abrir precedente indesejável ao restante do grupo.

2 - Quanto às cláusulas sociais:

a) este ano temos de fazer valer nossa decisão de cortar todas as cláusulas que podem onerar as empresas;

b) portanto, logo na primeira reunião, deixar clara nossa posição;

c) todavia, fica a critério de cada empresa a concessão de benefício.

3 - Cláusulas que devem ser cortadas sem acordo: adicional noturno, horas extras, descontos semanais remunerados, garantia salarial nas rescisões de contrato de trabalho, aproveitamento de portadores de deficiência física, abono por aposentadorias. Garantia ao empregado afastado do serviço, por motivo de doença ou acidente de trabalho. Garantia, isto está na nossa legislação previdenciária, que qualquer trabalhador vítima de acidente de trabalho, se tirar licença por 15 dias, na sua volta terá um ano de estabilidade no emprego. No entanto, a FIESP orienta a não dar nem garantia legalmente estabelecida na Lei da Previdência Social.

4 - Atenção, tendo em vista a fragilidade dos trabalhadores, com receio de perderem seus empregos, os sindicatos não vão encontrar condições para uma possível greve. Portanto, é o momento de angariarmos sucesso nessa campanha salarial. Mas em caso de paralisação generalizada, rediscutiremos o nosso procedimento".

Essa é a orientação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, para negociar com os metalúrgicos do ABC, principalmente os filiados à CUT. Porque os da Força Sindical não precisam. É isso! Eles são filiados também ao PFL e fazem acordo reduzindo a carga horária e seu salário.

Essa é uma das denúncias que quero trazer.

Quando o trabalhador vai à luta, ele se encontra nesta situação. Se ele perde o emprego, perde seus direitos sociais. Aqui na Região Metropolitana e em Curitiba, ele perde, inclusive, o direito de ser contado como estatístico. Não sei se vocês sabiam disso. Desempregado, em Curitiba e Região Metropolitana, o IPARDES, o Governo Jaime Lerner, através do IPARDES, não quer que se faça mais a pesquisa de emprego e desemprego, porque a taxa está acima de 14%.

Os empresários dão essa orientação: de demissão e achatamento salarial. O Fernando Henrique se queixa da

pesquisa do DIEESE feita em São Paulo, onde demonstra mais de 14% de desempregados na Região Metropolitana. E o Governo Lerner proibiu a divulgação das pesquisas de desemprego em nossa cidade e região metropolitana. Está proibida desde julho. Agora, com esta proibição dada, querem romper o contrato que não sei que rumo vai dar. mas estão querendo impor algumas condições para o contrato continuar.

Primeira: que a metodologia é uma metodologia imposta ou desejada pelo IPARDES. Segunda: que os dados não tornem público. Somente tornem público os dados de interesse do Governo do Estado, porque esse dado de 14 e poucos por cento - que foi o último divulgado em agosto - de desempregados, não convém.

Ao romper esse contrato, que é feito um convênio entre o DIEESE, IPARDES e a Fundação da Universidade Federal do Paraná, que já está vencendo amanhã ou depois de amanhã, significa cerca de 60 trabalhadores demitidos do IPARDES ou destas entidades, que também não poderão ser contadas nas estatísticas do Governo, porque ele não quer que sejam contadas. Vai perder cerca de 4 milhões de reais, que é o que foi investido ao longo deste tempo, porque uma pesquisa só tem valor se for considerada, num processo histórico, ao interromper um mês que seja, ela perde o seu valor histórico como pesquisa científica, e o Governo está preocupado com o dinheiro que investiu ou com essa situação, uma vez que o desejo dele é acabar com as pesquisas de desemprego na Região Metropolitana, que aliás, ele promete resolver para logo, quando chegar a Renault, a Chrysler, a Audi-Volkswagen, aí é que está a promessa dele, de que vai resolver tudo. Mas, como ele já sabe que não vai resolver, ele quer impedir a divulgação das pesquisas do IPARDES.

Estive no IPARDES, a cerca de 15 dias, e o "cochicho" que tem lá, é que ele quer acabar com esse convênio, para poder contratar uma empresa privada para fazer a pesquisa, parece que ligado, dizem lá, ao Presidente do IPARDES, Sr. Paulo de Mello Garcia, ou seus assessores, o Sr. Wanderley ou o Sr. Hudson, é o papo que tem, tanto que estão oferecendo 80 mil reais como teto máximo no edital, que aí a pesquisa não vai ser feita com essas despesas.

Se a Universidade Federal, o IPARDES, o DIEESE, estão investindo em 4 anos, 4 milhões, a pesquisa vai ser fajuta. É lógico, vai diminuir o de-

semprego na cidade e região metropolitana. Por esta razão vai zerar o desemprego, ainda mais, o ano que vem que é um ano eleitoral. Aí não pode ter desemprego na região.

Essas são questões que se colocam em relação ao IPARDES, saindo as pesquisas de lá, não tenho dúvida, o IPARDES será a próxima organização social que provavelmente virá para cá, para ser votada no Plenário desta Casa, assim como é a PARANAEDUCAÇÃO.

Votaremos, daqui a pouco, a PARANAEDUCAÇÃO, já estive usando esta tribuna, encaminhando a votação outro dia, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e naquele dia, do lado do Governo, ninguém quis se manifestar. Agora, hoje, corajosamente, o Presidente da CCJ, que é um Promotor Público, que vive na Comissão de Constituição e Justiça, permitindo que se aprove projetos inconstitucionais, porque lá se votam e aprovam esses projetos todas as semanas, como Promotor Público, ele deveria vir todas as vezes para a tribuna, dizer que são inconstitucionais aqueles projetos que lá são votados, não quer justificar mérito, como veio hoje.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Rosinha, o Deputado Orlando Pessuti, o Deputado Romanelli, Deputado Irineu Colombo, acham que o Deputado Joel Coimbra está tendo uma readequação dos seus valores éticos, morais e uma visão ideológica, já que está se falando tanto em readequação de valores ultimamente.

Tenho a impressão, Deputado Rosinha, que o Deputado Joel Coimbra, ao não permitir que o aparteasse, tinha medo que eu citasse exatamente a gestão das cooperativas, a co-gestão proposta pelo Deputado Ricardo Barros, na época prefeito, que inclusive está aqui presente.

O Deputado Ricardo Barros, com quem conversava agora há pouco, ele não mudou de idéia, a sua visão de educação, a qual ele expôs claramente no Congresso Nacional e nas suas ações, é de que um contrato co-gestão com empresas de economia, regidas pelo direito privado, é que deve ser feito pelo serviço público, para gerir a educação. Esta é a visão do Deputado Ricardo Barros, que na época era Prefeito de Maringá implementou as cooperativas e privatizou o ensino público de Maringá, através de uma co-gestão com o setor público.

O que o Deputado Joel Coimbra citou, lá de Maringá, pelo que me pare-

ce, há uma grande confusão ideológica da cabeça do Deputado, e eu queria esclarecer a ele, é que ele não entende que na época, juntamente com o Deputado Joel Coimbra, opinávamos contra este contrato de gestão, que era exatamente um modelo de um prefeito do PFL, um prefeito neoliberal.

Hoje, o Deputado Joel Coimbra é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e defensor ferrenho de um contrato de co-gestão, chamado ente paraestatal, serviço social autônomo, ou o que quer que seja, mas é dinheiro público gerido pela iniciativa privada num Governo do PFL.

Que estranhos caminhos percorremos nestas mudanças de rumos ou nessas readequações ideológicas que acontecem na nossa cabeça.

Para concluir, queria apenas informar, já que o Deputado Joel Coimbra não sabe disso, o salário de um advogado, pago com o dinheiro do contribuinte num ente paraestatal, num serviço social autônomo chamado PARANACIDADE e PARANADESENVOLVIMENTO, Deputado Rosinha, é 9.500 reais, esse é o salário pago a um advogado.

Sabe por que o Deputado Joel Coimbra não sabe disso? Porque é impossível fiscalizar um ente paraestatal, na forma que é o PARANADESENVOLVIMENTO, o PARANACIDADE, na forma como está sendo criado o PARANAEDUCAÇÃO. O PARANACIDADE e cooperativas de Maringá são exatamente farinha da mesma proposta ideológica neoliberal - projeto do PFL - daquele prefeito que admite até hoje que gosta dessa proposta e não mudou de visão, e é exatamente o que está defendendo o Deputado Joel Coimbra.

Somos de Maringá, e infelizmente vemos que a história de alguns que defenderam contra as cooperativas, futuramente, em Maringá, vão estar do outro lado, agora defendendo a privatização do ensino.

Obrigado!

O DR. ROSINHA - Sobre a questão da PARANAEDUCAÇÃO, usei a tribuna outro dia e já falei cerca de 20 minutos a respeito disso. Quero fazer um comentário breve.

Primeiro comentário: é que o Deputado Joel Coimbra tentou usar de concepções filosóficas sobre o que é público ou o que não é público, para justificar uma empresa de caráter privado, e acabou dizendo que elas são sem fins lucrativos. Quero lembrar, que sem fins lucrativos e de utilidade pública é a PUC do Paraná, é a Faculdade Espírita, é a Tuiuti e são inúmeras.

ras Santas Casas, da qual sou formado como médico, estudei na Santa Casa e tinha um professor nosso que dizia que ele era tão antigo - e eu também sou tão antigo quanto ele, que acredito que em Santa Casa, desde o tempo que Santa Casa era santa, que não é mais, acredito na filantropia quando era filantropia, porque agora não é mais, hoje é "pilantrópia". Isso está existindo em relação a todas "pilantrópicas" ou na sua grande maioria, hoje, no nosso país, sem fins lucrativos, claro, se estou com 9 mil por mês, 10 mil por mês.

Acho que registro aqui quando Vereadores, na semana passada foram votar aqui na Câmara de Curitiba, projeto semelhante a este, e fizeram o seguinte: um projeto estava lá, uma emenda, limitando salários em 4 mil e 500 reais, dos dirigentes das organizações sociais, que é um salário de um Deputado, de um Vereador, na Capital, a bancada que dá sustentação ao Prefeito Cássio Taniguchi votou contra. Por que?

Até cumprimentei o Vereador que foi lá justificar a razão, se chama J.P., ele chegou, subiu na tribuna, dizendo que não podia votar favorável, porque setor privado não pode ter o seu salário limitado pelo setor público, que como é uma entidade privada, tem liberdade de fixar salário.

Aí, finalmente assumiu, porque aqui eles não limitam salários de ninguém, porque não têm esse poder de limitar, porque é uma entidade privada, e se ela é privada, ela disputa mercado, como eles dizem, estabelecendo salários de mercado, como está na lei, no artigo 19, § 1º, que o Joel Coimbra não soube explicar o que é salário de mercado. Salário de mercado é salário mínimo, no máximo dois salários mínimos. E vai ser isso. E vá fazer luta para aumentar o salário, para ver se não vai ganhar a conta.

Fiquei sabendo hoje, que algumas cidades do interior, no dia que não teve aula na escola, a Diretora disse: "olha, como não tem aula hoje, vocês são faxineiros. Não têm nada para fazer mesmo, vamos lá em casa. Convido para limpar a minha casa". E tiveram que ir, porque se não fossem, ganhariam a conta, e hoje, na situação que está. Fica PARANACIDADE. Vai dar banho no cachorro também. Provavelmente vai ter professor de Educação Física treinando cachorro, porque se não treinar, vai para a rua. Isso é o que vai acontecer.

Tem processo eleitoral no ano que vem. Aquele concurso que eles estão

fazendo em cada escola vai ser uma maravilha, com eleição para diretora: "ah, meu filho, tem eleição ano que vem. Você tem que passar, garantir o teu emprego. Se não garante o emprego vai para a rua. Então, tem que votar na diretora". Isso já acontece hoje. tem funcionários contratados CLT que foram demitidos, em cidades do interior, porque não votaram na diretora.

Deputado Joel Coimbra, mercado é isso: ou lava cachorro, ou vai para a rua, quem é trabalhador CLT.

E, dizendo que temos desconfianças de projeto inovador. Não! Não temos desconfiança de projeto inovador, até porque este não é um projeto inovador, este é retrógrado e conservador. É um projeto que vai contra toda a história, vai contra, inclusive, a revolução burguesa que passou a pregar a educação como um direito.

Não somos os socialistas ou os comunistas que defendem a escola pública de boa qualidade para todos, a própria revolução burguesa lutou por isso. Este projeto tira, inclusive, este direito. É porque hoje, a maioria das pessoas não têm mais razão de viver no mercado, porque não consomem. Se não tem razão de viver e não consome, não precisa ser preparado para o futuro, porque ele pode vir a se tornar, com uma boa educação, com uma boa escola, um cidadão que lute pelos seus direitos, e pela libertação do povo massacrado e trabalhador do nosso país.

Foi dito que a APP estava aberta para negociar. Tão aberta estava, que está no projeto de lei como Conselho de Administração, sem saber que existia nem projeto de lei e nunca foi convidada. Foi enfiado goela abaixo, inclusive à APP.

Que negociação é essa, Valdir Rossoni? Ele diz que pode aceitar emendas que podem melhorar o projeto. Melhorar o projeto significa para nós, afiar o machado que vai nos decapitar, na defesa da escola pública. É isso melhorar esse projeto. Não vamos afiar a ferramenta que vai nos decapitar.

Às vezes, eles pensam que não pensamos. Felizmente, não fazemos parte da "bancada do sim senhor", de Vereadores.

Um jornalista escreveu que se o prefeito mandasse um projeto castrando os Srs. Vereadores, eles votariam favoravelmente. Aí, passou a ser chamada "Bancada dos Castrados". Aqui é muito semelhante, muita gente vota sem ver. Pode mandar o projeto que for e ele continua na posição que estava: de joelhos, perante o senhor, e dizendo

"sim, senhor", e votando favorável. Porque a maioria, aqui, infelizmente, sabemos de que lado está e qual a sua posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças. Com a palavra, o PTB. PPE.

(Declina)

Pelo PMDB, com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Nesta tribuna já afirmamos, semana passada, o problema que acredito básico da PARANAEDUCAÇÃO, que é exatamente a falta de conhecimento deste projeto.

Srs. Parlamentares, vamos fazer um exame de consciência. Se não quisermos tornar público, façamos pelo menos com nós mesmos.

Até onde cada um de nós conhece o Projeto PARANAEDUCAÇÃO? O que sabemos dele? O que sabemos da parte legal e da parte prática da PARANAEDUCAÇÃO? Cada um de nós, respondendo esta pergunta, fica uma outra pergunta: viemos aqui representando segmentos da sociedade, e entre os deveres que nos são cobrados e os direitos que nos são atribuídos, por força de um mandato, fica o privilégio de, através de uma votação, aprovar uma lei que faz com que as pessoas tenham que cumpri-la - será um bom exercício do mandato parlamentar? Criar uma lei que envolve 20, 30 mil professores, sem conhecer sequer a profundidade da lei que estamos votando? Este é o exercício do mandato parlamentar?

Ouvia o Deputado Joel Coimbra, a quem respeito, um jurista, um promotor público, um homem que conhece a lei, elencar razões para justificar a constitucionalidade desse projeto de lei. E me permito ver por outro ângulo, respostas que pelo menos até agora não tenho. Por exemplo, o artigo 17, ele diz que a PARANAEDUCAÇÃO, entre outros, terá recursos provenientes da venda de seus produtos e de prestação de serviços. Ora, Srs. Parlamentares, é proibido ao Estado comprar serviços que ele possa prestar. O Estado não pode comprar de terceiros, aquilo que ele tenha, por obrigação, prestar.

Portanto, se a PARANAEDUCAÇÃO vai ter como fonte de renda a venda de serviços, ele está vendendo para o Estado um serviço que o Estado tem, por obrigação constitucional, de prestar para a população.

Em segundo lugar, vejam bem, são perguntas que talvez tenham respostas, mas tenho certeza que são perguntas que passam a todos nós. O artigo 206 da Constituição, diz que entre os princípios do ensino será a valorização dos profissionais, garantindo plano de carreiras para o magistério público, com piso salarial, ingresso por concurso e assegurando regime único.

Fica aqui uma pergunta: se garante plano de carreira e assegura regime único, me questiono da constitucionalidade. Por que? Haverá plano de carreira dentro da PARANAEDUCAÇÃO? Haverá regime único entre o professor?

Digamos que a PARANAEDUCAÇÃO tenha um plano interno de carreira, mas será sempre um plano de carreira de um professor da rede privada e não da rede pública.

Mas, se o argumento do Deputado Joel Coimbra é válido, que esta PARANAEDUCAÇÃO é uma entidade criada por lei que está entre as paraestatais e que, portanto, tudo é igual, então fere um outro princípio da Constituição, que é o princípio da isonomia - serviços iguais, pagamentos iguais, responsabilidades iguais. Bate na trave, da mesma forma, na questão de isonomia.

O Sr. Sérgio Spada - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Caíto Quintana, estou com a Constituição de 1988 em mãos, a qual tive o privilégio de ajudar e elaborar e a meu ver, tenho a convicção absoluta que o projeto PARANAEDUCAÇÃO é inconstitucional e fere em dois sentidos os princípios básicos da Constituição de 88.

O artigo 37, que fala da administração pública, ele fala que a administração pública é direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, Distritos, Municípios. Obedecerá o princípio da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade e também aos seguintes, e aqui fala, no inciso II: "a investidura em cargo e emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão". Quer dizer, não há como ser servidor público, ou trabalhar na empresa estatal, ou paraestatal, a não ser através da investidura do concurso público.

E mais uma questão, também uma questão de princípio, que a Constituição prevê no artigo 205, que a educa-

ção é um direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o plano desenvolvimento da pessoa sobre o preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E aí, no artigo 206, inciso V, está mais uma vez dito aqui, de forma muito clara, que a educação é um dever do Estado, que tem que ser prestado, portanto, pelo Estado, pelo Poder Público. Aqui reza o artigo 5º - "valorização dos profissionais do ensino, garantir, na forma da lei, planos de cargos de carreira para o Magistério Público, com piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente - a Constituição é muito clara - exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando o regime único para todas as instituições mantidas pela União, pelo Estado e também pelos Municípios".

O SR. CAÍTO QUINTANA - Interrompo o aparte, porque Vossa Excelência contribuiu em demasia, e exatamente quero pegar neste ponto.

Veja bem, Deputado, a PARANAEDUCAÇÃO poderá ser uma entidade que tenha Secretário, que tenha gente do Governo, que tenha o Secretário da Fazenda e tudo mais, mas jamais será a relação, o próprio Deputado Joel Coimbra, promotor que é, competente que é, não usou a expressão "servidor". Veja na nota taquigráfica que ele usou a expressão "empregado", se não me engano, porque na verdade é essa a relação que existe. Não interessa se vai participar de conselho.

Pergunto: se participarmos do Conselho do Coritiba Futebol Clube, com pessoas do serviço público, com o Secretário disso, ou com o Secretário daquilo, por acaso o Coritiba passará a ser uma entidade de direito público? A contratação do jogador terá relação com o Estado, ou terá relação com o clube? Bom, o nosso professor terá relação com essa PARANAEDUCAÇÃO, que não nos disse até agora, Srs. Parlamentares, nem sequer quanto do orçamento será destinado para a PARANAEDUCAÇÃO e quando o orçamento da educação ficará com os professores da rede; ademais, não haverá isonomia nunca.

O Sr. Sérgio Spada - Deputado Caíto Quintana, e a questão do precedente, também, se através da PARANAEDUCAÇÃO cria-se as condições para contratar os 40 mil professores servidores públicos, que estão hoje na forma irregular - essa é a grande verdade - prestando

serviço ao Estado. Se contratar, efetivar esse pessoal, através dessa empresa PARANAEDUCAÇÃO, certamente o Paraná vai perder em definitivo o interesse em fazer concurso público para prover os quadros docentes da nossa educação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - No andamento da questão, Deputado, haverá, possivelmente, uma série de artimanhas que possam fazer diminuir o quadro do professor contratado pelo serviço público, e passar o professor contratado pela PARANAEDUCAÇÃO.

Pergunto-me uma coisa, srs. professores aqui presentes: se, baseado nesses artigos da Constituição, a educação é uma das únicas prestações de serviço, junto com a prestação de saúde e segurança, que tem índices de aplicação obrigatórios, bom senhores, como podemos utilizar recurso público sem preencher princípio isonômico, Deputado Pessuti? Por exemplo, o professor que entrar na PARANAEDUCAÇÃO, vai ter a ascensão de carreira que tem o professor do Estado? Ele será PA-1, PB-2, PA-5?

Portanto, não terá isonomia. Não tendo isonomia, não pode aplicar recurso público para entidade privada. É uma coisa clara e evidente e estamos tentando encontrar uma saída, que não é a verdadeira. Tem excedente de professor contratado? Faça-se o concurso! Não passaram o suficiente? Faz-se de novo! As faculdades fazem isso. Faz-se o vestibular, e se não preencheram as vagas, chama-se os excedentes!

Ora, de qual massa de professores do Estado do Paraná, Deputado Spada, que a PARANAEDUCAÇÃO vai ter que arregimentar os seus professores? Vai arregimentar da mesma massa que eventualmente não passou no concurso público.

O que menos está se pensando, com isso, é a melhoria da qualidade do ensino no nosso Estado, que tenho dito, jamais por lei será feita, se não passar pelo empenho e pela dedicação do professor na sala de aula.

O Sr. Sérgio Spada - Deputado Caíto, para concluir o meu aparte, o Paraná é testemunha, tenho votado normalmente apoiando as teses defendidas pelo Governo do Estado.

Essa questão é de princípio para o futuro, e muito séria. E jamais votei ou votaria contra os meus princípios.

Nessa questão, preservar a qualidade do ensino, a educação é a obriga-

ção, não desta Assembléia Legislativa que está aqui, mas do Executivo com a sociedade de um modo geral. E é por isso que estou me posicionando contra esse projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte do Deputado Sérgio Spada.

Sr. Presidente, para concluir, quero deixar claro, Deputado Valdir Rossoni, que representa a Liderança do Governo nesta Casa, não há de nossa parte, intransigência em encontrar uma situação melhor para o setor de educação do Estado do Paraná. Há a incompreensão daquilo que está sendo proposto.

Por isso, vamos propor uma vez mais, em nome da Liderança do PMDB, que ocupo neste instante, no nosso horário. Vamos aumentar esta discussão! Vamos envolvê-la com os professores, com os alunos e com a sociedade, porque administrar com democracia, é exatamente o princípio de fazermos com que caminhe o serviço público em harmonia entre o chefe e aquele que presta serviço e que na essência é o servidor público.

Nós e os Governos somos temporários e podemos não ser amanhã, mas o servidor público continuará representando o nosso Estado, na educação.

Por essas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PMDB tomou uma posição, de votar contra a PARANAEDUCAÇÃO, enquanto não pudermos ter essa discussão. Nem sequer emenda. Porque se aceitarmos emendas, significa que aquilo que não for emendado está bem. E no nosso entender, o princípio constitucional é que não está certo. A discussão tem que partir pelo princípio da constitucionalidade e não por emendas, que eventualmente possam tirar o "bode" da sala.

Queremos afirmar esta posição e gostaríamos de contar com a compreensão dos Parlamentares, na base de apoio de Governo, que pudéssemos entender para essa discussão. Vai ter período extraordinário e vamos discutir essa questão da educação, que é tão fundamental, para evitar que amanhã, venhamos a ter um novo percalço jurídico, porque seguramente, enfiado "goela abaixo", da forma como está, essa PARANAEDUCAÇÃO vai acabar desaguando para uma decisão no Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. PDT. PFL. PL. PSDB.

No horário do PSDB, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Na última quinta-feira, utilizamos a tribuna, justamente para fazer considerações a respeito da preocupação que tínhamos em votar a PARANAEDUCAÇÃO, da forma com que foi apresentado. Um projeto que propõe mudanças profundas e questionáveis. Tão questionáveis que aqui, dado o esforço do relator, Deputado Joel Coimbra, em tentar fazer a defesa da legalidade do projeto, mesmo assim não conseguiu responder a questões ponderáveis para que pudéssemos aqui votar. E votar com a tranquilidade da consciência de quem está cumprindo seu dever nesta Casa.

Deputado Caíto Quintana usou da tribuna, há instantes, e fez aqui uma digressão com competência, com riqueza de detalhes e mostrou, com clareza, as dificuldades que teremos para introduzir este projeto, na prática, quando estaremos aqui administrando escolas com dois tipos de servidores. Um que é o servidor do quadro geral do Estado e o outro vai ser o bastardo do Estado, que vai ser aquele contratado pela PARANAEDUCAÇÃO. Por que? Porque não temos condições de estabelecer salário, não estabelecemos igualdade, e o artigo 206 da Constituição é claro, teremos que ter igualdade, isonomia, a Constituição diz isso e a CLT também caminha no mesmo sentido, que trabalhadores desempenhando funções iguais, de igual responsabilidade e de igual grau de dificuldade, terão salários iguais.

Esta é uma condição que a PARANAEDUCAÇÃO não contempla! E como ficará a efetivação da contratação, na prática? Vai ficar ao sabor do diretor, que tem ascensão sobre o funcionário? Vai ficar ao sabor do prefeito, na pequena cidade, que vai impor quem ele quer ou não que contrate? Vai estar ao sabor daquele comandante político, que em função se estabelecer o seu curral eleitoral vai também ter os dedos e as garras sobre o processo educacional do nosso Estado? Esses tempos já passamos, esses tempos estão para trás! Será um retrocesso e esse retrocesso será nossa responsabilidade!

Por isso, esta Casa tem a grande responsabilidade em procurar, junto à Liderança do Governo, junto ao Governo, agir de tal forma para que possamos, efetivamente, contribuir no processo. Mas não na imposição, não "goela abaixo", não permitindo que se faça análises e discussões com o ma-

gistério. E não são discussões acadêmicas, não, são discussões da implementação, na prática.

A educação, em nosso país, já é um processo difícil. Já estamos nas tabelas dos países com as piores educações, e nem sempre é culpa do sistema de ensino, e sim da legislação que votamos! Daí a nossa grande responsabilidade! Mudanças precisam ser feitas, precisam! Mas vamos discutir, vamos permitir que a sociedade participe! Vamos permitir que ela contribua nesse processo, porque é ela que está na ponta do processo e que sofre as consequências! Daí há que ter responsabilidade maior o nosso processo de votação!

Por isto, esperamos que nesta tarde, encontremos uma forma que este projeto seja retirado de pauta e tenhamos um outro período para sua votação.

(Aplausos)

Porque já conhecemos este projeto. Os professores, o sistema de ensino do Paraná também conhece a Adeja.

Amanhã, não teremos como apurar a responsabilidade. tem aí os restos a Adeja que tentou suprir o Estado.

É responsabilidade do Estado cuidar da educação. E preciso fazê-la com integralidade, não atribuindo a terceiros e depois não tendo como fazer o acompanhamento. O acompanhamento das coisas públicas já é muito difícil e na nossa situação, muito precário. O Deputado Emerson Nerone trouxe nesta tarde a informação que é de arrepiar: que um assessor jurídico da PARANACIDADE, hoje, tem investimentos superior a 9 mil reais. Ora! É uma dessas instituições que estamos criando hoje, e que amanhã perderemos o controle. Mas com certeza não será esse recurso repassado aos professores, mas a alguns daqueles que serão apaniguados.

Por isso, tenho absoluta certeza que esse projeto será retirado, para que possamos fazer uma melhor análise, uma melhor comparação desse projeto, e aí, então, votar, discutindo com a sociedade e buscando o melhor termos para que todos possam tirar proveito da melhor educação do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PT.

Com a palavra, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, professores, estudantes, funcionários das escolas pú-

blicas que nos visitam e participam deste importante momento de discussão deste Legislativo.

Queremos trazer, em nome da Bancada do PT, algumas questões sobre o projeto PARANAEDUCAÇÃO. Em primeiro lugar, repetir, até a exaustão, se for necessário, o problema do método. O método é que traduz a grandeza ou a pequenez de um Governo.

Se um projeto dessa natureza, como foi o caso do PROEM, fosse votado dessa forma e conduzido com esse método, num país como a França, por certo um 1º Ministro cairia. Porque isso aconteceu em histórias recentes, em países civilizados. Não podemos aceitar, em hipótese alguma, o método autoritário com que esse projeto foi trazido a esta Casa.

Na condição de Deputado, soube do projeto, da existência do mesmo, apenas no dia em que ele foi votado na Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Não havia sido colocado na pauta da Assembléia e de repente votado em urgência. Quando as luzes se apagam esse ano, no final do período legislativo, sem que houvesse um processo profundo, democrático em discussão, com os principais interessados, que são os professores, os funcionários e estudantes.

Por isso, questionamos o método e denunciemos esse método antidemocrático, autoritário, para um projeto dessa natureza, dessa importância. O PROEM foi feito assim. E hoje, passado um ano, como só recentemente os recursos foram aprovados, só o ano que vem ele vai ser instalado e poderemos discutir quais as consequências desse projeto, que segue, na verdade, a mesma trilha, a mesma senda do PARANAEDUCAÇÃO.

Com relação ao espírito do projeto ao conteúdo, me parece que a verdade mais simples que podemos dizer, é que o PARANAEDUCAÇÃO segue um dos princípios mais caros do neoliberalismo, onde tudo se reduz à questão do mercado. Absolutamente tudo. Foi por isso mesmo que fiz uma pergunta ao Deputado Joel Coimbra, para que ele me explicasse o que significa valor de mercado para o salário do professor. Essa palavra é um símbolo que representa muito esse projeto. Ora, num mundo em que destrói o trabalho, cada vez mais um contingente menor de pessoas têm acesso ao trabalho - falar em valor de mercado com a mercadoria trabalho é uma síntese e um atentado contra os princípios maiores que devem reger a educação de qualquer país, de qualquer sociedade.

Na verdade, esse projeto vai na senda da mediocrização do trabalho. Porque a flexibilização do trabalho, nada mais é que isso.

Da mesma forma que setenta, não só no Brasil, mas em muitos países do mundo, a precarização das relações de trabalho, reduzindo o universo das relações de trabalho a cada empresa, "de per si", e apontando, inclusive, a posição de sindicatos por empresa, e para educação ao longo prazo que é reduzir as relações de trabalho do professor junto a escola. As escolas são múltiplas, milhares.

Toda a luta histórica dos setores ligados a educação, das grandes conquistas que obtiveram na Constituição de 1988, parte do padrão único da qualidade, porque o padrão único da qualidade está ligado à universalidade do acesso à educação e ao trabalho do professor. Quando nas universidades, lutávamos por um padrão único de qualidade, e para fortalecer o próprio sentido à Universidade, sonhávamos que cada canto deste país tivesse uma instituição de qualidade. Que um professor de uma cidade como Irati fosse tão respeitado quanto o professor da USP. Porque sonhávamos com a igualdade. Em construir um mundo direito, solidário, um mundo de acesso a educação para todos, e que a ciência e tecnologia pudesse desenvolver em cada região desse país, de acordo com as características regionais.

A quebra do padrão único de qualidade e essa flexibilização que faz tudo desigual. Esse projeto, para mim, vem nesse mesmo sentido, da sedução das relações de trabalho no universo da escola, a precarização das relações de trabalho. Transformando o professor num Regime CLT.

Todos os argumentos que o Secretário de Educação coloca no jornal, li hoje a tarde, vão nesse mesmo sentido. Vou citar alguns exemplos. Primeiro, a questão do concurso público, já foi muito bem colocada pelo Deputado Caíto Quintana, isso é uma falácia, é um sofisma. Não tem cabimento. Isso esconde, e não revela a realidade do projeto.

É claro, se diz que existem milhares de funcionários públicos nas escolas, numa relação precária, mas por quê? Porque desde 1985 não se realiza concurso público para os funcionários das escolas. O que se tem feito?

Fui procurado, em Ponta Grossa, por dezenas de funcionários que foram demitidos, porque o Conselho Escolar, às vezes, nem se reunia na sua totali-

dade, colocava um "x" na palavra ineficiente e os funcionários, sem a mínima defesa, sem a mínima chance de corrigir os problemas que tivessem tido no passado, eram sumariamente demitidos. Isso se chama precarização das ações de trabalho e redução das relações de trabalho ao universo e particularidade de cada escola.

O que o projeto quer, é criar um outro regime. Mais ágil, mais flexível, que é justamente o regime CLT. É o Governo se antecipando à reforma administrativa por outra via.

O que vai acontecer, para mim, parece simples. Aprovado esse projeto, não haverá mais concurso para o regime de carreira no magistério. Esse regime passará a ser um regime em extinção, ao longo do tempo. E os professores serão contratados através de um outro regime, que é o Regime CLT, e como diz o documento do próprio Secretário, que está em minhas mãos, a explicação que ele dá ao projeto é de uma pesquisa que foi realizada nas escolas paranaenses, onde 83% dos pesquisados responderam que deveriam definir o docente a ser contratado na própria escola, e não a Secretaria de Educação.

Isso mostra que a PARANAEDUCAÇÃO quer reduzir o universo de contratação de professores à particularidade da escola. Como são milhares de escolas, e isso é muito ruim, porque o padrão único de qualidade cai, a universalidade cai. Porque o professor, quando faz o concurso, passa 10 mil, mas passam os 10 mil melhores professores, e depois ela vai escolher a escola que ele quer trabalhar. Ou seja, é um concurso que prima pela qualidade do ensino público, e não reduz ao universo restrito de cada escola, a medida que é uma segmentação, uma polinização, pois são muitas escolas no Paraná.

Não podemos aceitar essa justificativa. O projeto revela, a cada dia, o seu verdadeiro conteúdo, que é de projeto de redução e de flexibilização, de mediocrização das relações de trabalho do professor. Não podemos aceitar isso!

Outra justificativa que dá o Governo do Estado. Fala da aposentadoria: "esse projeto trará benefícios e muitos professores da PARANAEDUCAÇÃO serão contratados em regime de CLT, e no futuro, quando de aposentarem, o Governo não precisará pegar o dinheiro do IPE para pagar a aposentadoria".

Isso também é uma falácia, isso também é um sofisma! Ora, se não me engano, na semana passada, o Deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni, veio aqui defender o Fundo de Aposentadoria

e Previdência do Estado do Paraná, e criticar o Governo Requião, por ter extinguido este Fundo. Faziam, inclusive, cálculos matemáticos para defender o Fundo.

Então, que explicação mais absurda é essa. Ou seja, somos incapazes de criar um Sistema de Aposentadoria no Paraná, melhor que o sistema tão criticado que é o Sistema Federal.

Deputado Rossoni, por favor, nos explique essas palavras do Governo do Estado do Paraná, no que diz respeito a questão da aposentadoria.

Para mim é claro, são dois regimes e a diversificação do salário, extinção progressiva do regime que hoje existe, a fragilidade da luta histórica dos docentes, que o Governo discute, mas dá muito pouco. Está aí a luta pelas horas de preparação, hora atividade, que até agora não foi firmado.

Estão aí os projetos que apresentamos - não me canso de repetir - o projeto que cria o Serviço Social na Escola. Aprovado em 1ª discussão e retirado pelo Líder do Governo e engavetado, pois ainda não foi à discussão. O projeto que dá apoio aos funcionários, como os professores, recebem difícil acesso, é justo que os funcionários das escolas também recebam. O projeto foi apresentado, está aí, foi votado em 1ª discussão, e até agora não foi votado.

Questionamos, achamos que o Governo quer flexibilizar a relação da educação, fragilizar a escola pública e mais isso, pressinto nesse projeto uma relação muito forte com o PROEM.

Quando discutimos o PROEM, levantávamos algumas hipóteses: primeira, diversificação salarial dos professores da rede pública. Como haverá poucas escolas de pós-médio, uma espécie de vestibular. O jovem que terminar o ensino médio, ou ele vai fazer um vestibular para entrar na universidade, ou fazer um vestibular para entrar no pós-médio. E como o PARANATEC vai gerir, inclusive, o curriculum, através de entidades vinculadas aos sindicatos patronais, pode ser que o Governo, com essas poucas escolas que ele quer transformar em Centro de Excelência, ele paga um salário maior para os professores. E vai começar um processo de diferenciação salarial, com os próprios professores do Estado, que é como o mundo neoliberal trata as contradições da sociedade.

Da classe trabalhadora mais pobre, como dizia Adam Smith: "a educação precisa ser dada apenas em doses homeopáticas", afinal, o que fazer com esses deserdados, que nunca vão ter

acesso ao trabalho. E essa sociedade desumana que cria milhões e milhões de desempregados a cada dia. Esses precisam ter a educação em doses homeopáticas, o professor que ensina, pode receber cada vez menos. Afina, o que é o valor de mercado do salário do professor?

Então, Srs. Professores e Srs. Deputados, me parece, que de todas as formas que analisamos esse projeto, chegaremos a uma única conclusão, segue a receita neoliberal, a receita do Fundo Mundial, a precarização do trabalho do professor e a falta de responsabilidade com relação a educação.

Justamente um Governo que tem tanto dinheiro, justamente um Governo que coloca empreiteiras consorciadas para ficar 10 anos arrecadando recursos públicos através de pedágio, para só no 12º ano asfaltar e duplicar uma rodovia como Castro, Jaguariaíva, e assim por diante.

Um Governo que dá 10 milhões para uma Detroit, que vai investir 30, em 10 anos, e esta vai pagar sem juros e correção monetária. É lastimável, acho que a meta da discussão desse projeto mostra a grandeza desse Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulta a Liderança do PFL.

O SR. EMERSON NERONE - Concedo o horário do PFL ao Deputado Vanhoni.

O SR. EDGAR BUENO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só gostaria de registrar a presença de duas figuras importantes do Oeste do Paraná. Presidente da Camotte, Sr. Severino Rolador, Reitor da UNIOESTE, hoje Diretor de Departamentos da UNIOESTE, Sr. José C. Reis.

Obrigado pelas suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença do Deputado Federal José Nene, do Sr. Toni Garcia e do Deputado Ricardo Barros, todos do PPB.

A Mesa deseja aos visitantes uma feliz estada nesta Casa.

Concedo a palavra ao Sr. Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, agradeço a deferência, assim como agradeço ao Partido Solidarista Nacional, e seu líder Emerson Nerone, que gentilmente me cedeu esse pequeno espaço, para que pudesse me pronunciar.

Nossa bancada já o fez, através de sua liderança, com o Deputado Dr. Rosinha, que usou o Grande Expediente, e assistindo aos debates, não podia me furtar de fazer algumas considerações a respeito desse projeto que está em discussão hoje, aqui, que é o PARANAEDUCAÇÃO.

Acho que o Deputado Caíto Quintana foi feliz quando fez as suas argumentações a respeito da constitucionalidade desse projeto. Já deixou antever que as Bancadas do PT e do PMDB - esse projeto sendo sancionado pelo Governo do Estado - essas duas bancadas entrarão com uma Ação de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, em relação a esse projeto.

Fiquei muito satisfeito com a fala dos demais Deputados, tentando explicar para os nossos colegas que dão sustentação ao Governo do Estado, os erros e equívocos que esse projeto contém, sob o ponto de vista da ética do sistema público-educacional, da ética da preservação da coisa pública, do interesse público e não do interesse privado, sobretudo num terreno tão caro para nós, do ponto de vista da construção da dignidade humana, que é a educação dos nossos filhos, que é a educação do ser humano, da sociedade em que vivemos.

Vi o apelo que o Deputado do PSDB, Líder na Assembléia, Deputado José Maria Ferreira, fez aos Deputados para que se adie esta votação. Este apelo do Deputado me deixou com um pouquinho de vontade de falar algo, além do que já foi falado.

Me desculpe, Deputado José Maria Ferreira, mas não acredito, porque conheço a Assembléia Legislativa, nesses 3 anos e meio de exercício. Acabei conhecendo um pouco a bancada que dá apoio ao Governo do Estado, e a vontade do Governo. Quando vejo que o projeto da PARANAEDUCAÇÃO, que é um projeto que deveria estar sendo discutido já há 2 ou 3 meses, com antecedência, reuniões com as APMs, reuniões com a APP, discussão ampla com a Assembléia Legislativa, envolvendo todos os agentes educacionais da sociedade, a presença do Secretário de Estado, dos técnicos da Secretaria de Educação, para que procedêssemos o rito da democracia na sociedade, quando vislumbramos que o Governo, 3 ou 4 dias antes de terminar o período legislativo, à beira de um período de convocação extraordinária, que pega o período de férias, de Natal, de Ano Novo, do mês de janeiro, quando a sociedade civil, sobretudo a sociedade civil intimamente ligada com a questão da educação,

que é a comunidade de professores, de alunos e pais, estão fora do processo educacional, porque é um período de férias, já denotamos a intenção do Governo, que é aprovar esse projeto, sem a mínima discussão, apenas apresentando a sua força numérica, do ponto de vista de voto na Assembléia Legislativa, impondo a sua vontade, sem discussão com a sociedade.

Não tenho dúvidas de que o projeto será aprovado hoje, contra tudo o que foi falado, será aprovado e deverá ser aprovado numa segunda votação, que deverá ser nos próximos dias, aqui na Assembléia Legislativa.

Não tenho esperanças. Gostaria de poder acreditar que os Deputados que dão apoio ao Governo, refletissem um pouco mais sobre as razões, mas não tenho dúvidas, acho que o projeto será aprovado.

Se o projeto vai ser aprovado, precisamos ter clara uma coisa. Nós, quem? Acho que os Deputados que estão aqui, que entendem que a coisa pública, sobretudo a educação, é fundamental, não para o Governo Jaime Lerner, a estabilidade do servidor público, fundamentalmente do professor, é fundamental não para o Jaime Lerner, mas é fundamental para a conquista da cidadania de todos os paranaenses e brasileiros.

Se para nós vai ser imposta, hoje, uma derrota, acho que o recado que pelo menos precisamos dar para o Deputado Joel Coimbra e para o Deputado Valdir Rossoni - exemplificando esses dois companheiros, que brilhantemente exercem seu mandato aqui, um que é Líder do Governo e outro que defendeu o projeto, contrariando, inclusive, o seu passado de luta contra a privatização da educação lá na Cidade de Maringá, que Vossa Excelência foi promotor e combateu a privatização lá na Cidade de Maringá, na gestão do Prefeito Ricardo Barros, que está presente, hoje, aqui - precisamos, acho dizer algumas coisas. Porque a única classe, Deputado Anibal Khury, o único setor social que acho que tem condições de não se dobrar, de não se dobrar neste momento de crise profunda de valores, nesse momento de crise profunda que passa a sociedade paranaense e brasileira, onde o que está se quebrando é a noção mínima do que é privado, do que é público. O privado avança sobre o público de uma forma como nunca vimos na história da humanidade.

Aquilo que aprendemos que seja um valor que deve ser de conjunto da sociedade, hoje está sendo discutido e

quebrado, sob o ponto de vista do mercado e da ótica de privilegiar unicamente o privilégio daqueles que têm a renda, aqueles que têm atividade econômica como fundamental importância.

Mas o Governo precisa saber uma coisa, Deputado Anibal Khury. Acho que o senhor, com a sabedoria que tem ao longo desses anos todos de vida pública, acho que o senhor vai entender o recado que vou dar ao Governo do Estado e vou pedir para que o Deputado Rossoni leve e para que o Deputado Joel Coimbra também o leve.

E acho, me permitam que vou falar em nome, não dos professores que estão aqui presentes, mas dos 80 mil professores da ativa e que estão na inatividade do sistema educacional público do Estado do Paraná. Podem aprovar o PARANAEDUCAÇÃO, podem aprovar hoje. Mas não tenham dúvidas, não vão privatizar o ensino público do Estado do Paraná, como pretendem! Não vão!

Se for preciso, Deputado Anibal Khury, Deputado Valdir Rossoni, os bancários, os petroleiros, os trabalhadores da construção civil, os pequenos agricultores do Estado do Paraná, aqueles que vai precisam da educação para se constituir enquanto homens, enquanto cidadãos, vão se levantar, porque sabem que a conquista mais cara que a humanidade teve, mesmo com todos os problemas que temos tido no sistema público educacional, é a gratuidade, a publicidade e a universalidade da conquista do saber humano. É a única condição!

Nem a ditadura militar - que suprimiu os direitos coletivos, suprimiu o direito à organização sindical, suprimiu os direitos de constituição da sociedade em partidos - teve uma mão de ferro sobre a sociedade civil, não teve a ousadia e não teve a força política para impor uma derrota na sociedade, obrigando a sociedade a ter que arcar com um sistema educacional que afirmasse a desigualdade, que afirmasse a exclusão social.

Não será o Governo Jaime Lerner que vai dobrar os professores e a sociedade civil organizada.

Não tenho dúvidas que em cada escola, que lá em Maringá, em Goioerê, em Dois Vizinhos - onde houver uma escola pública e um homem de consciência e de compromissos com a democracia, haverá uma resistência ética, moral, em nome da sociedade e do povo do Estado do Paraná.

Levem este recado! Ano que vem digo isso. Digo isso, porque de certa maneira, para nós, aqui, Deputados, o que falamos é circunscrito a essas

quatro paredes, muitas vezes a imprensa não reproduz aquilo que é a voz de uma minoria, da oposição, que estabelece uma crítica ao Governo do Estado! Não se iludam! Não se iludam! Não serão as vozes roucas das ruas, serão os gritos esbaforidos dos oprimidos e da sociedade consciente, organizada, que vai impor a derrota do que hoje vocês pretendem aprovar aqui.

Viva a educação pública! Viva a dignidade!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Albanor Gomes, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos Srs. Deputados Marquinhos Alves, Ricardo Chab, Luiz Accorsi e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, que requer a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verifi-

cação de votação, porque temos o Plenário lotado, e os professores querem saber a posição dos Deputados que são contra e a favor do PARANAEDUCAÇÃO, e se invertermos a Ordem do Dia, ficará para outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder a verificação de votação em consideração a Vossa Excelência, mas todos os Deputados aprovaram.

Srs. Deputados que aprovam a inversão, queiram levantar-se.

Trinta Srs. Deputados aprovam a inversão.

Srs. Deputados que rejeitam a inversão, queiram levantar-se.

(Tumulto no Plenário e nas galerias)

(Sessão suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.

A Mesa determina ao Serviço de Segurança, que detenham as pessoas que atiraram pedras e outros objetos aqui no Plenário. Conservem-se presos e mandados à delegacia competente.

Não acredito que haja professores jogando pedras nem outras coisas, por isso, vou relevar e vou pedir aos professores, aos legítimos professores, que sentem-se nas galerias.

Bom, estou com a minha capacidade de tolerância esgotada. Quem atingir ou ofender Deputados vai ser preso.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, acima aprovado, passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Prêmio Estado do Paraná ao Sr. Waldyr Jansen de Mello. COM PARECER FAVORÁVEL A C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 222, de 09.12.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 714/97

PARECER:

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder o prêmio "Estado do Paraná" ao Sr. Waldyr Jansen de Mello.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a tramitação da proposição em tela.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 714/97.

Sala das Comissões, em 10.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 713/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibaiti, imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 222, de 09.12.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 713/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Ibaiti, imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina trecho da PR-218, de Jorge Baggio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 220, de 08.12.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 703/97

PARECER:

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo denominar o trecho da PR-218, de Jorge Baggio.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a tramitação da proposição em tela.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 703/97.

Sala das Comissões, em 10.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/97, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o IBID - Instituto Brasil de Integração e Desenvolvimento, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 702/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra e outros, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de empréstimo interno, através das instituições de ensino superior do Estado do Paraná, até o valor de R\$ 64.315.526,79 com garantia de desmobilização patrimonial, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Tureck, Eduardo Trevisan, Júlio Ando e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação em Comissão Geral da Sessão Plenária para apreciar emendas ao Projeto de Lei nº 702/97, da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Designo o Deputado Joel Coimbra para relatar.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, só para solicitar informações ao Deputado Joel Coimbra: qual é o projeto de lei que vai ser relatado agora, para localizarmos na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O 702/97, já anunciado, item 16.

O SR. JOEL COIMBRA (Pela Ordem) -

Atendendo designação desta promoção, passo a relatar o Projeto de Lei nº 702/97.

(Lê o Projeto nº 702/97)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 05 (cinco), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01, AO

PROJETO DE LEI Nº 702/97

O Artigo 3º do Projeto de Lei nº 702/97, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - Fica autorizada a apresentação de garantia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social - BNDES, mediante desmobilização patrimonial, conforme discriminação a seguir:

I - Universidade das Américas: Fórum das Américas e Bases Náuticas da Costa Oeste;

II - Universidade do Esporte: Vila Olímpica de Curitiba;

III - Universidade do Professor: Faxinal do Céu.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(aa) ORLANDO PESSUTI

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

IRINEU COLOMBO

TOTI COLAÇO

RENATO ADUR

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº2

O Artigo 4º do Projeto de Lei nº 702/97, passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º - Fica, igualmente, autorizado o Governo do Estado do Paraná a prestar garantias reais complementares ao financiamento ora autorizado, caso não sejam suficientes as garantias indicadas no Artigo 3º e alíneas, com imóveis de sua propriedade, até o limite de R\$ 91.879.323,99 (noventa e um milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos), mediante prévia apresentação a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da relação dos bens a serem indicados.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(aa) ORLANDO PESSUTI

IRINEU COLOMBO

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

TOTI COLAÇO

RENATO ADUR

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº3

O Artigo 4º do Projeto de Lei nº 702/97, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 4º - Fica, igualmente, autorizado o Governo do Estado do Paraná a prestar garantias reais complementares ao financiamento ora autorizado, caso não sejam suficientes as garantias indicadas no Artigo 3º e anexo II, com imóveis de sua propriedade, até o limite de R\$ 91.879.323,99 (noventa e um milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e vinte e três re-

ais e noventa e nove centavos), mediante prévia apresentação a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da relação dos bens a serem indicados.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(aa) ORLANDO PESSUTI
IRINEU COLOMBO
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
TOTI COLAÇO
RENATO ADUR

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLENÁRIO, DE Nº 4**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar operações de empréstimo interno, através das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, até o valor dos bens a serem mobilizados, observando o limite de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme programa de recuperação e ampliação dos meios físicos das Instituições de Ensino Superior, instituído pelo Ministério da Educação e Desporto - MEC, para ser implementado conjuntamente com aquela instituição financeira.

Art. 2º - A presente operação de crédito, destina-se a fazer frente às despesas de investimento das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Art. 3º - Fica autorizada a apresentação de garantia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, mediante mobilização patrimonial.

Art. 4º - Fica, igualmente, autorizado o Governo do Estado do Paraná, a prestar garantias reais complementares ao financiamento ora autorizado, caso não sejam suficientes às garantias indicadas no art. 3º e seus incisos, com imóveis de sua propriedade, até o limite de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(aa) SÉRGIO SPADA, LUIZ CARLOS ZUK,
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI,
EDUARDO TREVISAN, EDNO GUIMARÃES,
CARLOS SIMÕES, ADEMAR TRAIANO,
JOSÉ TAVARES, NELSON TURECK,
WALMOR TRENTINI, CEZAR SILVESTRI,
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, JOÃO TECHY,
JOEL COIMBRA, EDGAR BUENO,
DUILIO GENARI, ÉLIO RUSCH,
SÂMIS DA SILVA, CÉSAR SELEME

E NELSON GARCIA.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 5

Acrescenta o Art. 5º ao Projeto de Lei nº 702/97, com a seguinte redação e renumera artigos posteriores.

Art. 5º - Quaisquer garantias reais com bens imóveis, apresentadas pelo Governo do Estado do Paraná e/ou suas Autarquias de Ensino Superior, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, deverão ter a prévia e expressa autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI
Apoiamento: Luiz Claudio Romanelli,
Toti Colaço, Ângelo Vanhoni e José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão.

Para encaminhar a emenda, o Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, apenas para esclarecer: é a segunda discussão do Projeto de Lei nº 702/97, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de empréstimo interno através das Instituições de Ensino Superior. Este é o típico projeto que na Câmara Federal não entraria. É um projeto autorizatório e é tido como inconstitucional em nível de Câmara Federal.

Mas, na admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça, este é um projeto que prevê que exista uma operação de empréstimo interno, através das Instituições de Ensino Superior do Estado, uma autorização de empréstimo no valor de 64 milhões de reais.

O que nos causa surpresa neste projeto, é que é uma garantia de desmobilização, isto é, são dados próprios das universidades, é colocado como garantia real terrenos das universidades em troca deste empréstimo. O BNDES está fazendo este empréstimo em troca de garantia real das universidades. Se ano que vem o Governo do Estado não mandar dinheiro para as universidades ou mandar a conta-gotas, como tem mandado nos últimos anos, e faltar dinheiro para pagamento das parcelas desse empréstimo, o BNDES vai poder tomar aqueles terrenos que foram dados em garantia real.

Então, votamos a favor desse projeto, porque projeto autorizatório não é projeto. Projeto é aquele que é imperativo, tem força de lei. Projeto autorizatório não é imperativo, não tem força de lei, portanto inócuo. Mas, há a garantia real, a permissão de dar a garantia real própria das Universidades do Paraná, é um precedente extremamente complicado que a Bancada do Governo propõe hoje ao Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, queria fazer um apelo a Vossa Excelência e ao Deputado Joel Coimbra, no sentido de, se não nesta 2ª votação, na 3ª votação ou no processo de redação final, encontrássemos uma forma de incluir nesta emenda nº 4 que está sendo relatada favoravelmente pelo Deputado Joel Coimbra, algum mecanismo pelos quais as garantias que se refere o artigo 3º e artigo 4º. O artigo 3º diz que fica autorizada apresentação de garantias junto ao BNDES, mediante mobilização patrimonial. São aquelas que vão ser indicadas pelas instituições de ensino superior. No artigo 4º, fica igualmente autorizado, o Governo, a prestar garantias reais complementares ao financiamento.

E nosso entendimento que tanto as garantias a serem indicadas pelas instituições de ensino, quanto aquelas complementares a serem indicadas pelo Governo do Estado, devam ser estas garantias de conhecimento da Assembleia Legislativa.

Entendo que todas as vezes que o Governo ou alguma das instituições a ele vinculadas, pretende ofertar algum bem em garantia de um empréstimo ou alienar um bem imóvel, isto passa pela Assembleia Legislativa.

E, na proposta que está sendo relatada favoravelmente pelo Deputado Joel Coimbra, não fica estipulado que a Assembleia Legislativa deva aprovar a indicação destas garantias, ou mesmo e tão somente referendar aquilo que for previamente indicado pelas instituições de ensino superior ou pelo Governo do Estado.

Neste sentido, propusemos, e foi registrado junto à Mesa, a emenda de nº 5, que diz: "quaisquer garantias reais com bens imóveis apresentadas pelo Governo do Estado do Paraná ou suas autarquias de ensino superior, junto ao BNDES, deverão ter a prévia e expressa autorização da Assembleia".

Então, solicito a Vossa Excelência que leve em consideração esta nossa proposta, para que possamos, agora, ou no processo de 3ª votação ou redação final, ajustarmos à redação desta lei que está sendo votada, para que a Assembleia Legislativa possa ter condições de autorizar, ou ao menos referendar as garantias indicadas pelas Universidades, ou melhor, pelas instituições de ensino superior e pelo Governo do Estado.

O SR. SÉRGIO SPADA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente trava-se uma discussão nesta Casa, a respeito da validade ou não, da constitucionalidade ou não, dos projetos autorizatórios que esta Casa tem aprovado ao longo do tempo.

Realmente, nós Parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná, temos nos valido desta modalidade de projeto, que a meu ver, não teria fundamentação legal, porque o projeto é de autoria privativa do Poder Executivo, segundo a própria constituição, ou é de autoria concedida ao Poder Executivo ou Judiciário.

Mas, em função de uma praxe, de uma tradição que existe nesta Casa, principalmente quando há um entendimento prévio entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, esta Assembleia tem aprovado projeto autorizatórios que criam, inclusive, despesas para o Poder Executivo, que gravam imóveis do Poder Público, e eles têm sido sancionados pelo Poder Executivo e têm tido plena eficácia.

Recentemente esta Casa aprovou um projeto autorizatório de Parlamentares, concedendo anistia de ICMS para todo o Estado do Paraná. Foi um projeto, a meu ver, com origem viciada. No entanto, foi aprovado. No entanto foi sancionado pelo Governador do Estado e está sendo colocado em prática, beneficiando inúmeras empresas do Estado do Paraná.

Se valeu para um projeto como este que concede anistia para o Poder Executivo, Deputado Nerone, Deputado Pessuti, deve também valer para um fim nobre como este que é este projeto que estamos aprovando, afinal de contas, está destinando recursos volumosos, cerca de 64 milhões de reais às nossas Universidades e, em especial...

(Tumulto no Plenário e nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer do Deputado Jo-

el Coimbra - aprova a emenda nº 4 e rejeita 1, 2, 3 e 5.

Srs. Deputados que aprovam o parecer do Deputado Joel Coimbra, aprovando a emenda 4 e rejeitando a 1, 2, 3 e 5, conservem-se como estão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, voto contrário da Bancada do PT.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, voto contrário da Bancada do PSN.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o substitutivo da emenda 4.

Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Srs. Deputados, tomem assento em seus lugares.

(Tumulto no Plenário e nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De termino ao serviço de segurança que evacue as galerias. Quem resistir, será encaminhado à delegacia competente.

O Sr. Ângelo Vanhoni (Fala das Galerias) - (Tumulto)

Solicitamos um acordo com Vossa Excelência. Que se retirem os seguranças da Assembléia, e só permaneçam os policiais. Assim, os professores se comprometem a voltarem aos seus lugares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência merece todo o meu respeito, bem como todos os Srs. Deputados, mas como já disse, temos sido tolerantes. Sempre permitimos a presença de funcionários, de todos ou quem quer que seja. Hoje, eles exageraram. Houve coices, assobios, e isso aqui não é cavalaria.

Acho que os professores devem se comportar como professores. Tem uma loura, ali, que atirou dinheiro.

Somos representantes do povo e não de cafajestes.

Vou atender Vossa Excelência, Deputado Ângelo Vanhoni. Se perturbarem, o policiamento vai continuar aqui. Tiramos a segurança e deixamos a polícia.

(Sessão reaberta)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de Votação.

Srs. Deputados, tomem assento em seus lugares.

Srs. Deputados que aprovam a Emenda nº 4, queiram levantar-se.

Trinta e quatro aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Seis rejeitam.

Aprovado.

Para justificar o voto, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Justificar) - A nossa bancada pediu a Verificação de Votação e faz a justificação do voto, neste momento, pelas razões já apresentadas por nós, por ocasião do encaminhamento da votação. Porque no projeto original, pelo menos constava a relação dos bens que estavam sendo indicados como garantia desse empréstimo às universidades do Paraná, às instituições de ensino superior e no substitutivo representado pela Emenda nº 4, isso fica solto e livre.

Entendemos que é necessário que a Assembléia Legislativa aprove a indicação dessas garantias, ou pelo menos referende. Razão pela qual, insisto mais uma vez com Vossa excelência, que durante o processo de 3ª votação ou votação da redação final, possamos fazer as adaptações necessárias para que o Poder Legislativo possa oferecer o referendo ou aprovar as garantias indicadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. EMERSON NERONE (Justificativa de Voto) - Sr. Presidente, queremos justificar o nosso voto contrário, por dois motivos.

Primeiro, que projetos autorizatórios são uma luta antiga que temos na C.C.J., do não acolhimento, da não constitucionalidade deste projeto. E

segundo, pelo mérito, por não estar explicado claramente quais são, de fato, as responsabilidades a que nível de Governo se compromete em efetuar os repasses para que não haja, em pouco tempo, uma cobrança por parte do BNDES, já que há garantias reais e as universidades acabarão em pouco tempo perdendo seu patrimônio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 690/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 111/97. Fica procedido um ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei nº 11.652, no valor de R\$ 1.567.173,00 (hum milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e três reais), conforme especifica. **COMPARECER FAVORÁVEL DA C.C.J... Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 689/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 110/97, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J... Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 109/97, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 2.886.250,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J... Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 108/97, que introduz na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995 - IPVA, as alterações conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J...**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 04, de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

DE Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 687/97

A Alteração 3ª do Projeto de Lei nº 687/97, passa a ter a seguinte redação:

Alteração 3ª - Os incisos II e VII do Artigo 14 passam a vigorar com a seguinte redação:

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Toti Colaço, Antonio Annibelli, Caíto Quintana e Luiz Claudio Romanelli.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 2

Suprime o § 2º da Alteração 3ª do Projeto de Lei nº 687/97.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Toti Colaço, Antonio Annibelli, Caíto Quintana e Luiz Claudio Romanelli.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa sanar vício de inconstitucionalidade, equacionando o projeto de lei em questão, no que se refere sobre a reciprocidade entre Estados-Nações, sendo o mesmo de competência do Executivo Federal, não cabendo ao Estado exigir reciprocidade de outros países.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 3

Fica introduzido na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, a seguinte alteração:

Art. 4º - ...

I - ...

II - 1% (um por cento) para veículos destinados à locação, de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse detenham, mediante contato de arrendamento mercantil;

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamto: Ângelo Vanhoni, Toti Colaço e Orlando Pessuti.

EMENDA ADITIVA DE Nº 4

Inclua-se, onde couber:

Parágrafo Único - Após a implantação dos pedágios provenientes dos contratos de concessão das rodovias integrantes do "Anel de Integração", proceder-se-á a redução das atuais alíquotas do IPVA em 30% (trinta por cento).

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento: Ângelo Vanhoni, Toti Colaço e Orlando Pessuti.

Discussão encerrada.

O projeto irá à discussão, para apreciação de emendas.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que institui o Dia Estadual da Luta pelos Direitos Humanos, a ser comemorado no dia 28 de maio de cada ano. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/97, e autoria do Deputado Hideo Takayama, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural do Município de Marilândia do Sul - SIRMS, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 531/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Serviço Social da Fundação Erasmo de Rotterdam, no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167, de 08.10.97).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 525/97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Panorama, com sede e foro no Município de União da Vitória. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167, de 08.10.97).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 359/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que concede o desconto sobre a taxa de estadia devida pelos proprietários de veículos e/ou ciclomoteres apreendidos nos pátios do DETRAN-PR. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 115/97, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), ao vigente Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem -

Entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, visando possibilitar fiscalização e acompanhamento dos trechos do Programa Caminhos da Educação. COM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 717/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 114/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), ao vigente Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - Entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender despesas com execução de serviços de revestimento primário no trecho Leopoldo Jacomei - Estrada da Graciosa. COM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 113/97, que aprova ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$ 2.238.961,00 (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e um reais), ao vigente Orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, visando atender despesas com construção de salas de aulas e melhorias em outras dependências, em diversos municípios. COM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 715/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 112/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.326.727,00 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte e sete reais), ao vigente Orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, visando atender despesas com construção de salas de aulas, em diversos municípios. COM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que altera o Artigo 1º da Lei nº 11.877, de 25 de novembro de 1997. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

Curitiba, segunda, em 15.12.97

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 686/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/97, que institui o PARANAEDUCAÇÃO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No momento que esta Casa está votando sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 686/97, enviado pelo Poder Executivo, que cria a PARANAEDUCAÇÃO, a Bancada do PMDB não poderia aqui deixar de manifestar a sua completa rejeição ao projeto, por considerá-lo inconstitucional e ilegal.

Boas foram as palavras do Deputado Caio Quintana, nesta Casa, desta tribuna. Mas, não poderíamos, até para preparar uma medida judicial, que certamente com outros Parlamentares, de outros partidos, faremos, se virmos esse projeto aprovado.

Então, não podemos deixar de registrar que o projeto que cria a PARANAEDUCAÇÃO, contraria, frontalmente, a Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 179, inciso VI, que garante exclusivamente por concurso de provas e títulos o ingresso ao magistério público do Estado do Paraná.

Não é possível que esta Casa rasgue a Constituição do Estado e da República, porque o que é que estamos votando? Este tal de serviço social autônomo que está sendo proposto, nada mais é do que uma entidade pertencente à administração indireta. Será uma sociedade civil vinculada orçamentariamente ao Governo do Estado. De nada adianta querer rotulá-lo como uma figura apartada da administração pública. Fará parte da administração pública e como tal deverá estar regido pelos princípios administrativos. A entidade que venha gerir recursos públicos ou desempenhar atos de Governo, deverá vincular-se ao Regime Jurídico Administrativo.

Isto equivale dizer que não poderá contratar, sem licitação, não poderá admitir funcionários sem concurso público, não poderá arbitrar os salários dos seus funcionários. O atual arcabouço constitucional não permite a efetivação de contratos de gestão na forma sugerida. Existe uma vinculação dos atos do Governo ao princípio da legalidade dos atos administrativos. As contratações dos recursos humanos deverá operar-se via concurso público. Não existe autonomia aos órgãos compe-

tentes da administração pública, para regular seus processos de compras de materiais e serviços. É inconstitucional qualquer proposta que contemple prestação de contas sem a participação do Tribunal de Contas. Pois a competência dos Tribunais de Contas é conferida diretamente pela Constituição Federal e não pode ser obstada por uma lei estadual.

O Regime Jurídico dos empregados deverá ser o comum a todos os funcionários do Estado. A fixação dos vencimentos pela própria entidade é um absurdo enorme na medida em que retira do Governo, através de lei, a competência para fixar os salários de funcionários que serão pagos com o Orçamento do Estado.

Ora! Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não é possível que esta Casa possa endossar uma proposta absurda e estapafúrdia, que é mais ou menos a proposta, Deputado Péricles, "malufista", que faliu a saúde pública na Cidade de São Paulo, privatizando a prestação de serviços através de um sistema de cooperativa, que na verdade é este serviço social autônomo, ou como se diz aqui em Curitiba, que é de organização social. São todos filhos da mesma "idiotice" que foi gestada pelo Ministro da Administração, Sr. Bresser Pereira.

É a ruptura, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, da garantia constitucional que um cidadão possa legitimamente prestar um concurso, capacitado pelas suas faculdades intelectuais e pelos títulos que possui, e ingressar, Deputado Valdir Rossoni, numa carreira aonde legitimamente se possa constituir uma vida. É a ruptura com o estado de direito democrático.

Na ditadura, durante o Regime Militar, se constituiu, através de uma forma engenhosa, as sociedades de economia mista. Por que se constituiu esse modelo de empresa? Era para se fugir da forma jurídica da administração direta, que engessava a administração pública.

E o que faz agora o Sr. Jaime Lerner? Repete a velha fórmula da ditadura. Quer ele rasgar os primados da nossa Constituição. Aqueles que estão expostos e foram muito bem lembrados pelo Deputado Sérgio Spada, que são os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e também, é claro, do que especifica o Art. 37, da Constituição.

Quer voltar atrás, o Governo Jaime Lerner. Quer retroceder ao passado, quando verificamos os absurdos que foram cometidos e que violaram, de forma

muito clara, os princípios que acabei de referir. Como é, por exemplo, que talvez o Srs. da Bancada Governista não saibam, está aqui publicado no Diário Oficial, de 11 de novembro, em Ata da Assembléia Geral de Constituição da Universidade Livre do Esporte do Paraná. Uma entidade que foi criada como sociedade civil sem fins lucrativos, sem autorização desta Casa Legislativa, que é constituída, entre outros, pela FUNDEPAR, pela Secretaria de Educação, pela Secretaria de Esportes, pela Prefeitura de Curitiba, pela COPEL, pelo Banco Real, pelo Sistema FIEP, SESI e SENAI, pela PUC, pelo Grupo Positivo, que me parece que é o grande destinatário das verbas da educação nesse projeto PARANAEDUCAÇÃO, e da Universidade Tuiuti.

Aqui está o exemplo da violação dos princípios constitucionais. Aliás, se esta Casa não o fizer, não revogar esse arbitrio que já foi perpetrado de se constituir uma empresa sem autorização legislativa.

Espero que o Ministério Público acorde e possa fazer uma representação junto a justiça e derrubar essa excrescência.

Como é que ficará o quadro de 80 mil servidores públicos estatutários? Que hoje têm uma carreira e que verão violados os seus direitos? A partir de junho de 1998, como já não conta mais, o Sr. Jaime Lerner, com o apoio dos cabos eleitorais da eleição de 1994, que foram os professores da rede pública estadual, quer ele às vésperas da eleição, contratar os 30 mil professores e funcionários, a partir de junho de 1998.

Esse é o jogo do Governo. O jogo da imoralidade, de instrumentalizar uma área como a da educação, seguramente a mais importante do nosso Estado. Como não foi possível, na história de Faxinal na contratação de uma empresa de consultoria sem licitação, se pretende agora, na verdade, meter a mão no dinheiro sagrado da educação do Estado do Paraná, através da constituição dessa empresa privada.

Tenho certeza que aqui nesta Casa, os Deputados independentes de estarem na oposição ou apoiar o Governo, têm como primado fundamental a honestidade e a lisura no trato do dinheiro público.

Apelo a todos os Srs. Deputados, para que digam um "não" a essa verdadeira vergonha, que é a constituição do PARANAEDUCAÇÃO.

Muito obrigado!

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos pouco tempo para analisar o projeto. Em que pese não tenhamos discutido com a sociedade paranaense, com os pais, com os professores preocupados no final do ano letivo de fechar as suas notas, no livro de chamada e é realmente o momento que o Governo aproveita para apresentar um projeto, porque eles estão ocupados, cansados, chegam a ir às festas, e o Governo então tem pressa, agora, no final do ano é a aprovação.

Esse mesmo Governo que não tem a pressa de regulamentar um projeto de lei, que foi aprovado nesta Assembléia, de autoria do Deputado José Maria ferreira, que faz com que o Estado ajude os municípios a transportar os alunos que estudam no ensino fundamental e médio. Mesmo Governo, que apresenta o projeto que poucos Governos deste Brasil teriam a coragem de apresentar, que é fazer um gerenciamento empresarial baseado na tese do lucro para a educação pública, que deveria ser muito pública e gratuita.

Recebo manifestação em meu gabinete, mesmo apesar do pouco tempo, tivemos a oportunidade de checar que o projeto é ilegal, inconstitucional e não é um projeto que apresenta a seriedade quando quer colocar isso em prática. E nesse sentido, recebemos manifestações do interior do Estado, da Associação de Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná, formada por Vereadores de toda Região Oeste, que vieram pedir apoio, não tendo de manifestar-se contra a aprovação do projeto PARANAEDUCAÇÃO.

Recebemos a manifestação, entre outras tantas, da Câmara Municipal de Catanduvas, por exemplo, preocupados com o destino da educação: "Vimos através da presente, manifestar o nosso posicionamento contrário a aprovação do PARANAEDUCAÇÃO, sendo que isso não é uma saída para os graves problemas que passa a educação paranaense. Entendemos que terceirizar a educação é omitir-se das responsabilidades, e é contrário aos interesses de todos os envolvidos no processo educacional".

E tantas outras manifestações estão correndo pelo Paraná, apesar da rapidez do projeto, como foi colocado na Assembléia, está sendo discutido apenas com o parecer da Comissão de Justiça. Já temos repercussões o suficiente, entendo, para sensibilizar aqueles que estão querendo aproveitar o projeto.

Os argumentos que temos aqui, são todos os argumentos do ponto de vista da constitucionalidade, até as saídas que apontamos para o problema. Mas o Governo vê nisso, primeiro, uma empresa pulverizada de responsabilidade. Portanto, quando é pulverizada, ninguém é responsável por ela com o dinheiro público, cargos comissionados e bem pagos, gerindo a educação de maneira privada, com toda a sorte de manipulação com o dinheiro público, às vésperas das eleições e com o dinheiro que vêm dos empréstimos internacionais.

Isso é perigoso, perigosíssimo! Por quê? Por mais formalismo que a lei tenha, de querer ser transparente, na prática não será, de querer formalmente ter um controle social, na prática não terá, porque quem supostamente quer controlar a empresa, são todos ligados politicamente ao Governo do Estado.

Já tentou-se, neste Governo, a contratação de professores pela APMS. Apresentou-se naquele momento, uma pesquisa, srs. professores, que os pais concordavam e que os diretores concordavam. Dois meses depois, todo mundo reprovando o processo. Desta vez, também disseram que fizeram a pesquisa. Engraçado, porque fizeram uma pesquisa relâmpago, rapidamente, não puderam nem discutir liminarmente com os professores, conseguir uma pesquisa com os diretores, dizendo que a maioria aprovava este projeto.

Não podemos endossar o projeto, sequer com uma emenda, porque o princípio dele contraria toda a nossa vontade de uma educação pública e gratuita, ofertada pelo Estado, sob o controle social, sob o controle público. Até a Comissão de Educação pensou em apresentar um Substitutivo, mas voltou atrás, porque estaríamos legitimando o processo que não acaba com a ilegalidade, não acaba com a inconstitucionalidade, e muito menos, não acaba com a imoralidade implícita nesse projeto.

Srs. Deputados, pela educação pública e gratuita que deveremos oferecer educação com vaga sobrando na escola, com professores, com salário digno e não com professores, na mesma sala de aula, um contratado pelo Regime CLT, pelo Estado, outro CLT pelo PARANAEDUCAÇÃO, e outro pelo Regime Estatutário, dando o mesmo tipo de aula, com salários diferenciados. Vais chegar ao ponto do eterno constrangimento com a conversa com os professores. Com certeza, apontam para a divisão da classe. Serão criados atrativos para os professores que passarem

em concursos. Quem sabe, passem a ganhar menos do que aqueles pagos pelo PARANAEDUCAÇÃO, e aí, estarão atraindo os professores para o PARANAEDUCAÇÃO, e lentamente acaba o que é para ser transitório.

Para resolver um problema, na verdade, se efetiva o que a contratação celetista, a contratação em que você pode demitir a qualquer momento o professor, e aí daquele que não fizer campanha para o Governador, aí daquele que não se alinhar politicamente. Não terá o contrato renovado, com certeza, em 4 de outubro.

Este é o perigo. Toda sorte de perigo está por dentro desse projeto, Srs. Deputados. Portanto, não apresentaremos emendas, nem substitutivos.

Permanecemos contrários ao projeto. Votando o projeto original, entraremos na Justiça, porque cabe a nós, um recurso à Justiça, para mostrar que o projeto é inconstitucional, ilegal e imoral. Entraremos baseados neste princípio.

Obrigado. Era o que tínhamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Justificar o Voto)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para justificação do voto.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos proceder a Verificação de Votação, antes das palavras do Deputado Rossoni.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Trinta e seis aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, quero registrar que estão em pé os Deputados: Dr. Rosinha, Caíto Quintana, Antonio Annibelli, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Romanelli, Angelo Vanhoni, Colombo, José Maria, Emerson Nerone, Péricles, Sérgio Spada e Renato Adur. São os Deputados que votaram contra o projeto. Que fique registrado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está aprovado e tem a seguinte tramitação: será apreciado em Sessão Extraordinária ainda hoje, com a apresentação de emendas.

O projeto retorna à Comissão de Justiça e Comissão de Educação.

Para justificar o voto, com a palavra, o Sr. Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Srs. Deputados...

(Grande tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicito ao Serviço de Segurança que esvazie as galerias.

Continua com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, para justificativa de voto.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores aqui presentes, prezados professores.

Estou falando, aqui, em nome da Liderança do Governador Jaime Lerner. Quero ter o direito, e é um direito democrático, de colocar a posição do Governo Jaime Lerner contra este projeto. Não acredito que seja possível que votemos um projeto desses com temor de defender o que estamos votando. Não vão ser agressões que vão fazer com que mudemos nossa posição.

Quero, em curtas e rápidas palavras, deixar claro à população do Paraná, o que é que o Governo Jaime Lerner quer com este projeto. Estamos aqui com o PARANAEDUCAÇÃO sendo aprovado em primeira discussão, e sem sombra de dúvida, vai ser aprovado em segunda, e daremos oportunidade a 30 mil servidores no Paraná, que estão torcendo para que aproveemos este projeto. Por isso, não tenho dúvida de que poucas pessoas que estão sendo atingidas por este projeto, que estão sendo atendidas por este projeto, estão presentes a esta Casa. Não estão presentes aqui, Srs. Deputados, 12 mil servidores que trabalham nas escolas estaduais. Não estão aqui, senhores, 18 mil professores que terão que ser demitidos no final do ano por determinação do Tribunal Regional do Trabalho.

Estamos aqui e viemos para governar o Paraná, para corrigir injustiças. E quero dizer aos amigos que, por muitas vezes, nesta Casa, fomos este ano aplaudidos. Aplaudidos e ovacionados em pé! Quando aprovamos, aqui - e estavam, há pouco, os Reitores das Universidades Estaduais - aprovamos um plano inédito. O Plano de Carreira das Universidades Estaduais: professores e

funcionários, quando todos foram ao Palácio Iguaçu, cumprimentar o Governador, pelo avanço que fez nas Universidades Estaduais.

Aprovamos aqui, também, há muito reivindicado, o plano de carreira do IAPAR, que é um instituto importante de pesquisa do nosso Estado. Aprovamos aqui e avançamos muito nos salários dos policiais civis deste Estado. E também, quer queiram ou não, mesmo de costas vocês terão que ouvir, que no Governo Jaime Lerner, também avançamos e respeitamos os professores paranaenses, avançando, em muitas ocasiões, em muitos setores do magistério, em aproximadamente, 100% dos seus salários, e também fomos, aqui nesta Casa, aplaudidos, quando aprovamos o aumento de 80% aos funcionários de nível superior, e quero dizer aqui, aos professores que estão de costas, tenho certeza que tem mais professores de frente, olhando nós do Estado e nos respeitando, porque esta história de dizer que não queremos negociar o projeto, não é verdade.

A Liderança do Governo, na segunda-feira pela manhã, abriu as portas, chamou e convidou a APP para negociar e para que trouxessem a nós sugestões para que pudéssemos melhorar ainda mais esse projeto. Não recebi nenhuma sugestão, não recebi nenhuma proposta, e esta alegação, prezados Deputados, não pode servir neste momento.

Por isso, com a certeza do dever cumprido, com a certeza de um Governo que veio para corrigir injustiças - e todo Governo que vem para corrigir injustiças, gera conflitos - somos sabedores dos conflitos, entendemos aqueles que não aceitam as nossas posições, mas, sem sombra de dúvida, estamos transformando este Estado, vamos industrializá-lo, vamos fazê-lo avançar na educação, vamos deixar este Estado com uma infra-estrutura invejável, e aí sim, teremos um Estado sem que não precise olhar para o Estado de São Paulo, com inveja. Este Estado é dos paranaenses, não dos baderneiros, que não sabem respeitar o homem público.

Prezado Presidente, encerro aqui minhas palavras, e quero dizer que vou continuar com este trabalho, com muito orgulho, em ser Líder do Governador Jaime Lerner nesta Casa. Com muito orgulho, votando os projetos de transformação deste Estado, e não vai ser meia dúzia de vaías que calarão o nosso Governo. Vamos continuar no trabalho de transformação deste Estado, para, sem sombra de dúvidas, entregar

um Estado diferente daquele que recebemos.

Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, sabemos que foi uma Sessão bastante tensa, e algumas pessoas das galerias estão preocupadas, porque foram ameaçadas de serem pegas lá fora por seguranças, conforme informações deles.

Solicito de Vossa Excelência, que evite qualquer violência, que não é conveniente. Que recomende aos seguranças de se aterem à defesa do patrimônio público, o qual tem que ser protegido, e sei que todos que estão nas galerias sairão tranquilamente, sem depredar nenhum patrimônio, mas essas ameaças não podem existir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que todos que se encontram nas galerias, apesar de desrespeitarem o Parlamento, a Assembléia Legislativa, dando um mau exemplo aos seus possíveis alunos, porque não sei se todos são professores, sairão com absoluta segurança desta Casa. Não vou admitir qualquer violência, para quem quer que seja.

Pode ficar tranquilo, Deputado Rosinha.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Só para corroborar com a sua determinação, gostaria que Vossa Excelência determinasse ao Comandante da Polícia, que está hoje na Assembléia, que ele disciplinasse quando os nossos visitantes saíssem, que acompanhasse a evacuação do prédio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente! Cabe à Presidência da Assembléia o comando das operações de segurança da Casa.

Determino ao Sr. Oficial da Polícia Militar do Estado, que acompanhe os nossos ilustres visitantes até a saída desta Casa.

Designo uma Comissão de Deputados, para averiguar denúncias veiculadas pela imprensa, contra dois Srs. Deputados: José Tavares, César Seleme, Horácio Rodrigues, Eduardo Trevisan e Ricardo Chab.

E mais ainda, para constituírem a Comissão Especial para tratar sobre Adin do servidor público, os seguintes Deputados: Eduardo Trevisan, José Maria Ferreira, Caio Quintana, Ângelo Vanhoni e Joel Coimbra.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 3238 e 3239, de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3240, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos n°s 3241 e 3247 a 3249, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3244, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3251, de autoria do Sr. Deputado Júlio Ando, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 3255, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3258, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 3259, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3260, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3261 a 3266, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3267 e 3269, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3268, de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3271, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3272, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos n°s 3273 a 3277 e 3283 e 3284, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3281, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, com apoio do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3282, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3285, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 3286, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3287, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3288, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3289, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3290, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, com apolamento do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 3292, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 3294, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3296, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3173, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Designo os Srs. Deputados José Tavares - PTB, César Seleme - PPB, Horácio Rodrigues - PL, Eduardo Trevisan - PFL, e Ricardo Chab - PTB, para comporem a comissão para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa contra dois Srs. Deputados.

Projeto de lei, apresentado, ainda, nesta Casa, por mais de 25 Srs. Deputados, que veda o desconto na folha de pagamento dos servidores públicos de contribuições destinadas às en-

tidades de caráter privado. **Apoiado.** Vai à Comissão de Justiça.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 710/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 686, 703, 711, 713, 714, 715, 716, 717 e 718/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/97.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, EM SESSÃO DO DIA 15.12.97.

"Lição do Boicote"

Gazeta do Povo

Terminou. Por 39 votos a favor, 6 contra e 3 abstenções, o Plenário do Senado aprovou os empréstimos internacionais pretendidos pelo Paraná. Vitória acachapante do governo, que nos últimos 600 dias enfrentou o mais severo boicote já urdido contra o Estado. Pasmem, senhores, obra dos senadores nativos de oposição. Nesse período, Jaime Lerner viu-se obrigado até mesmo a mudar de partido para contar com o apoio de uma bancada forte, a do PFL, única maneira de proteger os interesses do Estado. Deu certo. Foram os senadores do PFL de outros Estados que garantiram os R\$ 496 milhões que afinal virão para ajudar a arrancar o Paraná da penúria.

Fica a lição: em política, não se deixe levar pela retórica e pelos gestos descontrolados ao escolher seu representante. A vítima pode ser você. Nesses quase dois anos de boicote aos recursos externos, os paranaenses perderam muito. Milhares e empregos não foram gerados, 40 vilas rurais não foram construídas, foi interrompida a expansão do saneamento na região metropolitana e no litoral, escolas não foram construídas e muitos agricultores não receberam o apoio que garantiria sua permanência no campo. A conta-

Curitiba, segunda, em 15.12.97

bilidade dos prejuízos é extensa. Por isso mesmo, o boicote aos empréstimos internacionais não deve ser avaliado como simples entreencontro entre políticos e governantes de extrações distintas. Foi um duro golpe em todos os paranaenses. Ou seja, a tática adotada de boicotar o governo, acabou se convertendo em boicote à população, que não esperava isso dos seus eleitos.

Os senadores de oposição gastaram tutano e massa cinzenta à procura dos mais refinados ardis para voltar ao poder, torcendo para que o Paraná naufragasse. Perplexidade? Um doloroso, turvo sentimento de frustração, este é o que cabe, depois do bloqueio aos empréstimos. Que se pode dizer de tal gesto, enquanto os cidadãos se vêem ameaçados com uma recessão em grande estilo? Como se os tempos que vivemos já não fossem suficientemente duros. Com um ânimo desses, as oposições não se preparam para a democracia, a forma de governo que credencia a sociedade a escolher seus próprios rumos. No ano que vem, teremos eleições e não devemos esquecer que os mesmos políticos estarão aí, sempre dispostos a nos punir, por nossas justas aspirações e por sua própria incompetência.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO VALDIR ROSSONI, EM SESSÃO DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1997.

"Carta do Governador Jaime Lerner, à Revista Veja"

Governador Jaime Lerner

Curitiba, 15 de dezembro de 1997.
Prezado Senhor.

Depois de contabilizar novos investimentos industriais de US\$ 14 bilhões, nos últimos três anos, num esforço notável de reconversão de uma economia até há pouco, excessivamente assentada na agricultura;

Depois de criar o maior programa de concessão de rodovias do País, que está transformando as suas estradas no maior canteiro de obras do Brasil;

Depois de assegurar, pela industrialização, apoio à agricultura e um grande programa de obras, a criação de 480 mil empregos;

Depois de reduzir em três anos em 40 por cento a mortalidade infantil;

Depois de um grande esforço de aumento de arrecadação, que possibilitou corrigir em até 100 por cento os salários de seus professores e policiais (humilhados e injustiçados nos

dois últimos governos), além de reajustar outras categorias que sofriam gritantes injustiças;

Depois de assegurar uma transformação sem precedentes em sua história recente - e tudo isso sem emitir títulos ou recorrer às famigeradas antecipações de receita e tendo a menor dívida do País), o Estado do Paraná foi surpreendido com a reportagem "O Estado-Modelo foi à Lona" - (Veja de 17 de dezembro de 1997), afirmação esta injusta e insustentável, pelos motivos que seguem:

a) o alegado déficit de mais de 1 bilhão de reais, acumulado nos últimos três anos, não existe, fato comprovado pela auditoria do Tribunal de Contas do Estado. Como pode ter havido déficit, se nenhuma dívida flutuante foi contraída e se o pagamento de juros e amortizações superou largamente os desembolsos recebidos? Um ensaio futurístico da STN para 2006, expurgando arbitrariamente receitas financeiras e de desestatização, mas não expurgando as despesas a elas vinculadas, não pode ser confundido com a análise real e séria dos números da execução financeira efetivamente cumprida. Nesta, repetimos, não houve o déficit, levia-namente afirmado;

b) não há paralisação de obras, primeiro porque já concluímos a duplicação da BR-376, a ferrovia oeste e a ponte sobre o rio Paraná, todas obras iniciadas e abandonadas na gestão anterior. As estradas federais recebidas em concessão já estão entregues a gestores privados, que cuidam de sua recuperação sem ônus para os cofres do Estado. São mais de 2.000 km de rodovias federais que começam a ser restauradas em todo o Estado;

c) não é verdade que o dinheiro que sobra, após o pagamento de salários, "não é suficiente para manter a máquina em funcionamento, pagar dívidas, e muito menos fazer obras". Ora, se a própria reportagem reconhece que as despesas com pessoal comprometem apenas 74% das receitas correntes líquidas, sobram 26%, que são suficientes para cobrir o serviço da dívida (9%), o custeio (11%) e mais investimentos (6%);

d) as dívidas do tesouro estadual, inclusive junto ao BANESTADO, são todas antigas, deixadas por governos anteriores, e já foram objeto de protocolo de acordo firmado em 30.09.97, com o Ministério da Fazenda, para o seu refinanciamento em 30 anos;

e) em 1994, as despesas de pessoal comprometiam 62,8% (e não 51%) das receitas correntes líquidas, mas, se

computado o gatilho herdado em 16%, tal percentual era, na verdade, de 72,9%, índice que se manteve em 1995;

f) os financiamentos aprovados não representam nenhum papagaio de socorro financeiro. São créditos para fins específicos, de utilização lenta, cujos desembolsos estão condicionados à prévia aplicação de contrapartidas pelo Estado. O Projeto de Alívio à Pobreza no Meio Rural (BIRD - US\$ 175 milhões), o Programa de Modernização do Ensino Médio (BID - US\$ 100 milhões) e o Projeto de Saneamento Ambiental (OECS - US\$ 221 milhões), serão desembolsados ao longo dos próximos 5 anos. Supor que seriam um mero papagaio para cobrir furo de caixa, é, no mínimo, uma rematada tolice, só aceitável em quem desconhece as exigências dos organismos internacionais financiadores e dos tribunais de contas;

g) o aval da União aos financiamentos internacionais pleiteados pelo Paraná tem contra-garantia das transferências federais do Estado, cujo volume anual, superior a R\$ 700 milhões, é mais do que suficiente para cobrir eventual pagamento que a União, como garantidora, tivesse que honrar no exterior. Não foi por outra razão que o Ministro Malan deixou implícito, em seu ofício a CAE, com toda a razão, que o aval seria concedido sem nenhum risco para a União, mesmo na ocorrência, pouco provável, de eventual déficit primário no futuro. O fato óbvio de que o aval da União teria sempre prioridade de recuperação - graças à folgada margem das transferências federais (R\$ 700 milhões anuais) sobre o serviço anual da dívida avalizada (US\$ 40 milhões) - certamente foi ignorado pelos "técnicos do Tesouro Nacional", que segundo a revista, "suspeitam que o Governo Federal terá de assinar um cheque no lugar de Lerner". Felizmente, tamanha desinformação foi corrigida a tempo pelo Ministro Malan, que evitou que técnicos ingênuos continuassem servindo aos designios eleitoreiros dos detratores do meu governo.

O Estado existe para beneficiar a sua população. O avanço social que vem ocorrendo no Paraná é inegável, como atestam o Ministério da Saúde, o UNICEF e o Banco Mundial, que acompanham inúmeros programas sociais desenvolvidos pelo Governo do Paraná, vários deles eleitos como referenciais, como é o caso do "Da Rua para a Escola", que já retirou 40 mil crianças das ruas.

Assim, um Estado que tem suas contas em dia, que tem obras e um programa estratégico de desenvolvimento, não pode ter sua falência decreta-

da por uma portaria arbitrária, que caso não seja revista imediatamente, irá criar déficits artificiais indistintamente em todos os Estados que desejarem aplicar recursos advindos de privatizações em programas sociais. Isso criará, para todos os Estados, uma situação injusta e inverossímil.

Para que se entenda o que vai dito acima: a questão do déficit primário está hoje tumultuada pela mudança de critérios de cálculo e pela substituição de números auditados das contas públicas por ensaios estatísticos e projeções com forte dose de arbitrio metodológico. Até 25.04.97 (advento da Portaria MF 89), o critério era magnânimo: aceitava-se a inclusão nas receitas até mesmo das operações de crédito, antes da apuração do resultado primário. Depois de 25.04.97, foi-se de um extremo a outro, passando-se a desconsiderar como receitas, além dos financiamentos, os ganhos financeiros e as receitas de desestatização de ativos, mas mantendo como despesas os gastos realizados com tais recursos. É óbvio que se trata de uma fórmula fortemente tendente a acusar déficits primários nas contas dos Estados.

O objetivo notório da Portaria MF 89 é forçar os Estados a aplicar integralmente em liquidação de dívidas as receitas das privatizações ou desestatizações. Se investirem parte desse dinheiro em obras, terão, como castigo, a desclassificação para o "rating" D, pois a fórmula automaticamente evidenciará déficit primário. Ora, como ficará um Estado que, como o Paraná, não tenha dívida flutuante a liquidar e queira promover um forte programa de desestatização?

Veja-se o caso do Rio Grande do Norte, que leiloou as ações de sua empresa de eletricidade (COSERN) em 12 de dezembro por R\$ 676,4 milhões. O Governador Garibaldi Alves Filho anunciou (Folha de São Paulo, 13.12.97) que investirá R\$ 520 milhões, usando o restante para liquidar empréstimos de antecipação de receitas. Se o fizer, o mesmo liquidando sua dívida flutuante, fatalmente a STN rebaixará o Estado para a classificação "D", pois os R\$ 676,4 milhões não serão considerados como receita primária, mas os R\$ 520 milhões serão mantidos como despesa corrente, gerando um brutal déficit no resultado primário.

O STF, por unanimidade, em 12 de dezembro, concedeu liminar suspendendo os efeitos da resolução do Senado Federal que impunha exigência análoga à da Portaria MF 89, ou seja, que os Estados deveriam aplicar 50% da receita